

Ata da 205ª Reunião Ordinária do Conselho  
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

1  
2  
3  
4 Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, Sala Luiz Cabral – Assembléia Legislativa da  
5 Bahia no Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual  
6 da Saúde: Augusto Di Tullio Santos Reis, Camila dos Santos Pimentel, Déborah Dourado Lopes,  
7 Dorafdes Alves Nunes Almeida, Edson Morais de Oliveira, Isadora Oliveira Maia, Josivaldo de Jesus  
8 Gonçalves, Julieta Maria Cardoso Palmeira, Leonídia Laranjeiras Fernandes, Lílian Fátima Barbosa  
9 Marinho, Luis Delfino Mota Lopes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Helena Machado Santa  
10 Cecília, Maria Luíza Costa Câmara, Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral), Sílvio  
11 Roberto dos Anjos e Silva, Stela dos Santos Souza, Walney Magno de Souza, (Conselheiros Titulares).  
12 André Fernando Wermann, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Ferdinando Caprini, Jair Alves dos  
13 Santos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, José Silvino Gonçalves dos Santos, Júlio César Vieira Braga,  
14 Maria do Carmo Brito de Morais, Maria Eunice Kalil, Maria Helena Ramos Belos, Ricardo Luiz Dias  
15 Mendonça, Rômulo José Valença Corrêa, Silvanete Brandão Figueiredo, Waldir Cerqueira dos Santos,  
16 Washington Luis Silva Couto (Conselheiros Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de Morais – Coordenadora  
17 do CES, para a reunião do CES/BA. Às 09:45h o Senhor Secretário Geral deu início à sessão e colocou  
18 em discussão e votação a Ata da 204ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde que foi aprovada  
19 à unanimidade, lembrando que a mesma já havia sido enviada com antecedência a todos os conselheiros  
20 por e-mail. Passou a palavra para que os conselheiros fizessem os informes das suas entidades, lembrando  
21 que teria somente 10 inscrições conforme o Regimento do CES, para que cada conselheiro procedesse  
22 com 03 minutos de informes. O conselheiro Jorge Geraldo de Jesus Rosário desejou a todos um feliz  
23 2014 destacando que no final das contas tiveram uma reunião no mês de dezembro, estando retornando no  
24 mês de janeiro. “Como representante dos usuários, bem como conselheiro parceiro queria chamar a  
25 atenção dos companheiros para o ato que aconteceu esse mês que foi a posse do nosso novo Secretário de  
26 Saúde que, aliás, queria parabenizar, porque a conselheira que faz parte da executiva teve a composição  
27 da Mesa. Isso é muito salutar e quero aqui dar um fortalecimento à forma com que está sendo olhado este  
28 Conselho. E logicamente percebemos que o novo conselheiro e também Secretário Estadual de Saúde tem  
29 uma maneira muito simples de se conduzir e olhar os seus colegas conselheiros.” Solicitou uma moção de  
30 apreço e respeito pela indicação do nome do novo Secretário de Saúde, o Sr. Washington Couto,  
31 ressaltando que o mesmo sempre recebeu e deu atenção a qualquer conselheiro que lhe procurasse.  
32 “Acredito que pessoas que respeitam outras devem ser reconhecidas. Não sou de falar nem de questionar,  
33 mas sinto-me na obrigação e respeito de solicitar um apoio a essa Mesa e a esta casa como conselheiro,  
34 uma moção de aplausos e respeito pela indicação do nome do nosso querido companheiro Washington  
35 Couto, e certamente que seja enviada ao Governador pelo endosso que esse Conselho dá, inclusive  
36 respeitando todas as vezes que Washington Couto esteve nessa Mesa sempre se colocando como um  
37 valoroso companheiro nos trabalhos desse Conselho, e na medida do possível em defesa da Saúde.” O  
38 Senhor Secretário Geral mencionou para os conselheiros que se eles permitissem já poderia tratar da  
39 aprovação da solicitação da moção naquele exato momento, dando então prosseguimento à reunião.  
40 Todos os conselheiros aprovaram a proposição de moção solicitada pelo conselheiro Jorge Geraldo. A  
41 conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou que referendava as palavras do conselheiro Jorge  
42 Geraldo e informou que no mês de janeiro de 2014 o SINDPREV-BA tem exercitado sua vocação para a  
43 luta, o confronto e os desafios na política, portanto, no dia 13/01/2014 foi iniciada uma série de atos  
44 públicos em frente ao Hospital Manoel Victorino conclamando os trabalhadores, trabalhadoras e a  
45 população usuária do referido hospital a resistirem ao processo de privatização e terceirização em curso.  
46 Informou ainda que vinha se reunindo com o gestor da unidade, o Secretário de Saúde do Estado  
47 considerando inaceitáveis a forma como os direitos dos funcionários vem sendo desrespeitados, e o  
48 modelo de gestão adotado. “Constituímos uma comissão permanente para tratar a questão e estamos  
49 preocupados com a crise instalada. Não vamos recuar na defesa daquele e de outros hospitais do Sistema  
50 Único de Saúde (SUS), conscientes inclusive de que temos na Constituição do país um amparo legal para  
51 as nossas reivindicações.” Comunicou que no dia 16/01/2014, convictos de que *quem tem fé vai a pé*,  
52 como em anos anteriores, a entidade a qual representava fez sua caminhada e manifestação na Lavagem  
53 do Bonfim certa do simbolismo religioso e cultural do santo padroeiro Senhor do Bonfim. “Terminamos o  
54 ato, cheios de coragem, energia e força para conduzirmos as lutas necessárias a que nos comprometemos  
55 na defesa da categoria, das instituições públicas e das políticas de seguridade social desse país. Na  
56 oportunidade, trago a camisa usada na Lavagem do Bonfim para ser sorteada entre os conselheiros e  
57 conselheiras.” Comunicou também que nos dias 21 e 22/01/2014 foi conduzido o processo eleitoral no  
58 sindicato a qual representava e mais uma vez a categoria reconheceu o trabalho da gestão avançando com  
59 as mudanças consolidadas, reconduzindo-o a um novo mandato com expressiva votação de 80% dos  
60 votos por um período de 2014 a 2017. “Acredito que o companheiro Ricardo provavelmente também fará

61 os seus informes, já que os nossos minutos devem estar encerrados.” Mencionou que levou ali um  
62 calendário do SINDPREV para as entidades que ali estavam representadas naquele CES. “Depois a  
63 funcionária da Secretaria Executiva irá processar a entrega desse calendário, e mais essa camisa belíssima  
64 que iremos sortear para vocês como símbolo da luta e da resistência.” O conselheiro José Silvino  
65 Gonçalves dos Santos colocou que fazia parte do enfrentamento da violência na cidade, no estado da  
66 Bahia e estava fazendo uma discussão sobre o uso do álcool. “Analisando uma pesquisa em 71 hospitais  
67 públicos no Brasil, o Ministério da Saúde apresenta que metade das pessoas atendidas fruto da violência,  
68 tanto doméstica quanto do trânsito e nas festas foram as pessoas que fizeram uso do álcool. Percebemos  
69 que tanto o governo federal quanto o governo estadual e municipal têm incentivado o consumo do álcool.  
70 Vemos a Arena Itaipava, o carnaval de Salvador, as empresas que comercializam álcool estão investindo  
71 50 milhões de reais, mas não é a toa, é justamente para poder aumentar o consumo. E é apoiado  
72 extremamente pelo governo municipal e às vezes até pelo governo federal e estadual. Então, uma empresa  
73 que investe 50 milhões no mercado ligado ao álcool não está visando outra coisa que não seja o consumo.  
74 E vemos essas estatísticas que enviei para o Conselho para a maioria dos conselheiros, onde mostra que  
75 50% das violências são praticadas por pessoas que consumiram álcool. Nos anos 70 e 80 vimos que  
76 houve aquele apelo muito forte da indústria do tabaco que estava presente nos grandes eventos, e hoje  
77 vimos repetir de forma bastante forte o incentivo ao consumo do álcool. Essa empresa que produz álcool  
78 hoje está presente em todos os grandes eventos, e o resultado estamos vendo aí, quase 10 bilhões gastos  
79 por ano pelo SUS para corrigir os efeitos do álcool. É um assunto que precisamos tratar de maneira mais  
80 carinhosa dentro dos conselhos e levar essa discussão, se vale a pena investirmos, pois quando o governo  
81 investe na verdade não é o governo que está presente, mas somos nós que estamos investindo, estão  
82 colocando nosso dinheiro para incentivar o consumo do álcool.” A conselheira Déborah Dourado Lopes  
83 declarou que concordava plenamente com a proposta do companheiro Jorge Geraldo com relação à  
84 moção, pois o CES vinha acompanhado o excelente trabalho dele como conselheiro e esperava que como  
85 Secretário ele tivesse os mesmos resultados que vinha tendo frente ao Conselho de Saúde. Informou que  
86 no dia 03/02/2014 na Reforma Ministerial estaria assumindo o novo ministro, Dr. Arthur Chioro, que  
87 antes de ser indicado respondia pela Secretaria de Saúde de São Bernardo, sendo também uma pessoa  
88 conhecida no Movimento Sanitário, trabalhou inclusive com o ex-secretário Jorge Solla no Ministério da  
89 Saúde e a sua posse estaria acontecendo na referida data em Brasília. Informou também que do dia 02 a  
90 06/02/2014 estaria acontecendo em Brasília a EXPOGEP que era a mostra de experiências exitosas da  
91 gestão estratégica e participativa da qual o Departamento Nacional de Auditoria fazia parte como  
92 departamento, e a Bahia teria trabalhos apresentados, tanto do ponto de vista de estado quanto de  
93 municípios que inscreveram, bem como do SEAUD e que se pudesse ter excelentes resultados a fim de  
94 surgir frutos para que se pudesse fortalecer a questão da Gestão estratégica e participativa. Ressaltou que  
95 concordava com algumas questões colocadas pelo conselheiro Silvino, pois pensava que o CES deveria se  
96 posicionar com relação ao uso abusivo da propaganda de bebidas alcoólicas na mídia escrita e falada,  
97 particularmente através da televisão, mas achava que não se tratava de informe, mas algo que fosse  
98 discutido no *o que ocorrer* e no que pautar. Comunicou que infelizmente teria que se retirar no máximo às  
99 11 horas e 10 minutos. A conselheira Leonídia Laranjeiras Fernandes também concordou com as palavras  
100 ditas pelo conselheiro Jorge Geraldo com relação à moção e parabenizou o retorno da vereadora Vânia  
101 Galvão para que cumprisse o seu mandato em defesa dos trabalhadores. “Seja bem vinda Vânia ao seu  
102 mandato como vereadora. Queria que ela informasse o dia da sua posse. Informou que no dia 28/01/2014  
103 houve a aprovação da Lei Anticalote, a Lei 191414 de 2011 que garante os direitos dos trabalhadores  
104 terceirizados. No dia 24/01/2014 houve também um Ato Público com vários debates com a questão do  
105 Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas no Estado da Bahia, onde também representava a Direção  
106 Executiva no setor de aposentados e pensionistas. Informou ainda que no dia 05/02/2014 seria lançada a  
107 campanha salarial dos servidores públicos federais em Brasília. E falando na entidade da CUT, dos  
108 movimentos sociais, no dia 25/01/2014 houve uma festa em comemoração ao dia dos carteiros. O  
109 conselheiro Luís Delfino Mota Lopes parabenizou o Sr. Jorge Solla juntamente com o governador Wagner  
110 por ter feito a brilhante escolha para Secretário de Saúde, o Sr. Washington, e acreditava que todos os  
111 conselheiros aprenderam a conviver e respeitar o trabalho dele no CES. “Realmente, esse Conselho se  
112 sentiu prestigiado no momento da escolha do novo Secretário, pois foi uma pessoa do nosso convívio, do  
113 nosso dia a dia, e acredito que irá facilitar muito mais o cotidiano aqui no Conselho, pois ele conhece bem  
114 os trâmites aqui.” Solicitou que o Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FESBA) fosse ao CES se colocar  
115 com relação ao pagamento dos prestadores, falar o que estava acontecendo, porque em todo o interior da  
116 Bahia, onde a gestão era estadual, os funcionários das entidades privadas e até filantrópicas que possuíam  
117 vínculos diretos com o Estado não recebiam o seu salário no 5º dia útil do mês e vinha jogando pedra no  
118 SUS, o qual estava ali para defender. “Ficam lá dizendo: olha, o SUS não pagou. E esse mês foi no dia 21  
119 que houve o repasse dos recursos do mês de novembro.” Mencionou que aquilo gerava uma insatisfação,  
120 ou seja, o prestador não tinha condição de pagar uma folha de pagamento a todos os profissionais, desde o

121 pessoal da limpeza, os médicos, a toda equipe de profissionais, porque não recebeu o repasse do SUS que  
122 anteriormente era feito do dia 30 ao dia 05 e nos últimos 08 meses se não estivesse enganado, esse  
123 repasse vinha sendo feito no dia 21. “O que está acontecendo? Quero que o FESBA venha até aqui nos  
124 expor o que pode ser feito para que volte o que era feito historicamente, em 2012, porque o ano de 2013  
125 deixou a desejar quanto à data de pagamento. Se paga certo, mas, a data do pagamento está deixando os  
126 prestadores perplexos, e os funcionários consequentemente em todo setor de saúde fica a criticar o  
127 prestador e o SUS.” O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva deu boas vindas a todos os  
128 conselheiros desejando que 2014 fosse um ano promissor para a Saúde e para a população brasileira.  
129 Colocou que concordava com todos os elogios feitos ao conselheiro Washington Couto e informou sobre  
130 uma Mesa que aconteceu no Anfiteatro do Hospital das Clínicas onde foi debatido a forma de controle da  
131 nova administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) dentro do Hospital  
132 Universitário, e ele propôs que levaria aquela questão ao pleno do CES, onde queria que a Mesa  
133 registrasse para que fosse realizado um debate com a direção da EBSERH ali para ver a forma de  
134 acompanhamento da nova forma de gestão dos hospitais universitários. Informou também que no dia  
135 anterior o SINDSAÚDE havia realizado uma assembléia, onde ficou definido que no dia 12/02/2014  
136 estaria sendo realizada uma lavagem na porta da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB)  
137 com o slogan *O Grito Pela URV*. Destacou que antes do Carnaval o grito pela URV, porque hoje não  
138 havia mais como o Governo apresentar desculpas com relação ao processo jurídico, porque do ponto de  
139 vista jurídico todas as questões jurídicas já haviam sido resolvidas, inclusive a própria questão da  
140 repercussão geral que era uma alegação que não tinha nada a ver com o processo do SINDSAÚDE, mas a  
141 repercussão geral era o processo da Associação dos Funcionários Públicos que também foi derrubada no  
142 Supremo Tribunal Federal. Denunciou o tratamento que estava sendo dado aos trabalhadores  
143 municipalizados, o SINDSAUDE já estava se mobilizando, iria fazer uma denúncia e uma audiência na  
144 Comissão de Saúde e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e na Comissão de Direitos Humanos  
145 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Precisamos saber a forma desrespeitosa como os  
146 trabalhadores municipalizados estão sendo tratados por esse interior afora, e vou passar para a Mesa  
147 porque já está no final do mês, a data base dos trabalhadores da saúde é 1º de janeiro e até agora o  
148 Governo não se manifestou. Tem uma pauta geral que foi entregue pela Federação dos Trabalhadores  
149 Públicos do Estado da Bahia (FETRAB) e uma pauta específica da Saúde que vou deixar aqui na mesa  
150 para ficar registrado essa questão.” E com relação ao Hospital Manoel Victorino destacou a posição da  
151 privatização do SINDSAÚDE, salientando que inclusive a Diretoria do referido sindicato não participava  
152 da comissão transitória, somente o trabalhador do hospital, pois para o sindicato privatização não tinha  
153 negociação. “Espero que a Mesa coloque isso para que pautemos um debate com relação ao EBSERH e  
154 como a sociedade se colocará sobre isso.” O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves registrou a  
155 presença dos conselheiros municipais de saúde de Itabuna, o conselheiro José Dantas e a conselheira  
156 Cássia, ressaltando que o Conselho de Itabuna tinha uma prática de em todas as reuniões do CES levar  
157 dois conselheiros para assistir a sessão. Parabenizou o ex-Secretário de Saúde Jorge Solla pelo importante  
158 trabalho frente a população do estado da Bahia e pela sua atuação à frente da Secretaria Estadual de  
159 Saúde, ao tempo em que parabenizava também o novo Secretário de Saúde Washington Couto que  
160 também vinha atuando firmemente na situação da Saúde do povo baiano. Informou que no final da  
161 semana foi recebida no estado da Bahia a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e  
162 Endemias no município de Madre de Deus, onde foi feito um planejamento para as novas ações que  
163 seriam implementadas em todo o Brasil, principalmente na luta pela regulamentação do piso nacional da  
164 categoria. Informou ainda que esteve no município de Nova Canaã juntamente com o conselheiro Walney  
165 atendendo a uma demanda do Conselho Municipal de Saúde de Itabuna e da própria gestão, a fim de  
166 tentar dirimir o impasse lá colocado de duas diretorias, e estaria passando para a comissão de  
167 acompanhamento para que possa ser avaliado e dado um parecer a respeito. Mencionou que concordava  
168 com o conselheiro Delfino a respeito do pagamento dos prestadores, salientando que o município de  
169 Itabuna também não ficava de fora, mesmo com o Comando Único retornando ao município era  
170 importante ressaltar que a União estava deixando de repassar 2,5 milhões, sendo que a primeira parcela  
171 tinha sido em dezembro e já possuía a informação de que no mês de janeiro também haveria o desfalque  
172 do mesmo valor, trazendo transtorno ao pagamento dos prestadores. “Também estamos solidários a essa  
173 demanda, estamos discutindo em Itabuna e gostaríamos que o CES também se debruçasse nessa  
174 situação.” Questionou quando seria resolvida a situação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de  
175 Itabuna e Ilhéus, pois era uma demanda antiga e até aquele momento não tinha aquele serviço no  
176 município, uma vez que chegou a ter em Itabuna, mas foi desativada sob alegação de estar sendo  
177 construída outra, mas até aquele momento estava a *ver navios*. A conselheira Isadora Oliveira Maia  
178 mencionou que seria preciso reativar a comissão de acompanhamento aos municípios, pois tinha ali mais  
179 de 40 solicitações atrasadas de municípios. “Pensei no dia 11/02/2014 para que a comissão se reúna, para  
180 que os interessados se reúnam no CES às 09 horas para que se tire também novos coordenadores dessa

181 comissão de acompanhamento. Gostaria que vocês aprovassem para que consigamos nos reunir.  
182 Conselheiros que queiram ingressar na comissão compareçam às 09 horas no Conselho Estadual de  
183 Saúde. Enquanto coordenadores de plenária, a solicitação do Conselho Nacional de Saúde da instituição  
184 na Bahia e de todo o Brasil.” Informou que a Comissão de Educação Permanente: precisava com urgência  
185 se reunir, porque tanto os conselheiros municipais quanto os estaduais teriam que ter educação  
186 permanente e isso seria feito pelo CES. “Então, também no dia 11/02/2014 a partir das dez e meia quem  
187 se interessar em fazer parte da Comissão de Educação Permanente compareça ao CES.” Destacou que  
188 enquanto coordenadora de plenária, e como solicitação do Ministério da Saúde, que o coordenador da  
189 plenária fosse também o coordenador do Programa de Inclusão Digital (PID). “E temos uma  
190 recomendação nas mãos da Secretaria Executiva que será lida para ser aprovada, isso em todo o Brasil.  
191 Antigamente o coordenador do PID era uma pessoa designada pelo Ministério, só que isso não deu muito  
192 certo porque o Ministério está em Brasília e as pessoas não viajavam pelo Brasil, porém, nesse caso quem  
193 coordena a plenária irá coordenar também o PID e tem outros personagens também, como pessoas do  
194 Ministério da Saúde, SARGSUS, DATASUS e uma série de outras pessoas que ali estão.” Ressaltou que o  
195 ponto crucial para que o CES funcionasse sem nenhuma pendência era a solicitação da eleição do  
196 Presidente do Conselho Estadual de Saúde, onde seria preciso solucionar para que não tivesse uma  
197 vacância de quem tivesse que ser o Presidente do Conselho. Portanto, teria que se discutir se possível, no  
198 *o que ocorrer* ou naquele mesmo momento. O Senhor Secretário Geral pontuou que havia a Resolução  
199 CES 05/2014 que indicava os membros para integrarem a comissão para acompanhar o PID. “O Conselho  
200 Estadual de Saúde no uso de suas atribuições legais e o decidido na 205ª Reunião Ordinária do dia  
201 30/01/2014, conforme foi explicado pela conselheira Isadora resolve: artigo 1º - indicar os membros para  
202 integrar a comissão para acompanhar o Programa de Inclusão Digital (PID), a saber: Isadora Oliveira  
203 Maia (coordenadora da comissão), Déborah Dourado Lopes, Esmeraldina Gomes dos Santos, Ednézio  
204 Oliveira de Jesus, Pureza Oliveira dos Santos Teles Barbosa e Maria Laura Fontes. A presente resolução  
205 entra em vigor na data de sua publicação. Assina Washington Luís Silva Couto, Secretário Estadual de  
206 Saúde. Isso para que possamos colocar a presidência, de certa forma, do PID de acordo com essas  
207 resoluções que o Ministério da Saúde já vem pedindo, e as pessoas que constam dessa indicação aqui são  
208 pessoas que já fazem parte e que vão ajudar nos trabalhos.” A conselheira Lílían Fátima Marinho  
209 informou que no dia 28/01/2014, exatamente no mesmo dia em que foi aprovada a Lei Anticalote,  
210 informada pela conselheira Leonídia, foi aprovada a criação do Conselho Estadual da População  
211 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais (LGBT). Declarou que foi um momento extremamente  
212 importante em que a Rede Nacional Feminista pôde acompanhar a trajetória de construção da base  
213 política para que o referido Conselho fosse aprovado. “Para além do informe da criação do Conselho,  
214 obviamente que isso impacta na saúde na medida em que se precisa implementar a Política Nacional de  
215 População LGBT.” Informou ainda que a Rede Nacional Feminista havia tomado posse no CES em  
216 novembro, mas em outubro esteve presente na reunião do Conselho e ouviu diversas manifestações dos  
217 conselheiros com relação às ações do Outubro Rosa. Manifestações positivas, importantes, contudo  
218 naquele momento foi lida uma carta da Rede Nacional Feminista que foi feita em articulação com todo o  
219 Movimento Feminista em um evento promovido pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) das suas  
220 preocupações com ações que fossem isoladas. Ressaltou que naquele momento não havia lido por se  
221 tratar de uma vasta carta, mas foi entregue ao Secretário de Saúde, Sr. Washington, e quando o ex-  
222 Secretário Sr. Jorge Solla havia chegado ela leu o conteúdo da carta e falou das suas preocupações com o  
223 que vinha acontecendo com o grupo específico de mulheres que era o Coletivo de Mulheres do Calafate.  
224 Disse que o que ela anunciava se confirmou. Todas as dificuldades e articulações inclusive, para que as  
225 mulheres do Calafate fizessem as mamografias foram realizadas, contudo, mamografias realizadas no mês  
226 de outubro estavam previstas para serem entregues no início de dezembro, com data marcada inclusive,  
227 mas, os resultados dessas mamografias não foram entregues. E depois que a situação foi veiculada no  
228 facebook, então algumas pessoas começaram a apontar caminhos, ao apontar caminhos quem iria entregar  
229 o resultado seria o município, sendo que a ação havia sido feita pelo Estado. Salientou que o município  
230 teria que encaminhar as mulheres para o especialista e a pessoa que tinha o resultado das mulheres do  
231 Calafate estava de férias, não tinha quem entregasse e até aquele momento as mulheres havia sido  
232 encaminhadas para uma unidade que não tinha estrutura para entregar todos os resultados e encaminhar.  
233 Concluiu dizendo que o estado brasileiro não tinha o direito de dizer às mulheres que elas tinham a  
234 suspeita ou um câncer de mama e não dar acesso a elas, porque aquilo desrespeitava o princípio  
235 constitucional que é o da integralidade. “Chamamos atenção a este Conselho, aos Conselhos Municipais,  
236 ao Movimento Social de que não dá para brincar com a vida das pessoas, nesse caso, a vida das mulheres  
237 e isso está causando muitos problemas.” O Senhor Secretário Geral mencionou que seria dada atenção ao  
238 que foi colocado pela conselheira Lílían a fim de verificar quais seriam as providências que a SESAB iria  
239 tomar. Seria preciso acompanhar enquanto Conselho e exigir as devidas soluções. A conselheira Julieta  
240 Maria Cardoso Palmeira propôs uma moção de saudação ao Secretário Jorge Solla que estava deixando o

241 seu mandato, onde o CES havia acompanhado durante sete anos e meio suas ações na área da saúde, e  
242 independente de eventuais discordâncias, diferenças de opinião que existiam em algumas entidades ou  
243 naturais em relação ao movimento social, disse que seria inadmissível que não fosse registrada uma  
244 moção daquela instância, Conselho Estadual de Saúde, à ação do Secretário Jorge Solla durante sete anos  
245 e meio. “Isso foi uma conquista do SUS, independente da situação anterior, da dívida, da herança maldita  
246 que existia na saúde, é visível as mudanças ocorridas. Então, não é possível que isso não seja registrado  
247 em um fórum tão importante como esse. Até mesmo no boletim do SINDSAÚDE que está aqui hoje  
248 sendo distribuído diz que houve avanços significativos também ao servidor da saúde. Avanços não  
249 somente na abertura de hospitais que ampliam a atenção básica, o acesso a atenção à saúde, mas também  
250 do ponto de vista de políticas efetivas com relação, por exemplo, ao rastreamento do câncer de mama.  
251 Nunca tivemos isso com maior amplitude do que agora, são conquistas importantes as conquistas  
252 referentes ao Programa Saúde em Movimento, cujo lastro é um lastro também na estrutura da saúde, na  
253 organização que foi feita aqui no âmbito do Estado. Não são políticas apenas isoladas, são políticas que  
254 recebem o apoio, a estrutura para a continuidade dessas políticas, independente de que é preciso ampliar o  
255 acesso, independente que é preciso que homens e mulheres possam ter acesso melhor à saúde e isso  
256 envolve a luta pelo financiamento da saúde, mas principalmente por entender e avançar numa política de  
257 saúde que humanize e amplie o acesso à saúde não apenas da Atenção Básica, mas também de alta  
258 complexidade para todos, porque não tem sentido se não conseguirmos isso nesse país.” O Senhor  
259 Secretário Geral comunicou a presença do Sr. Jorge Solla na plenária, salientando que o mesmo estava ali  
260 não somente para apresentar o Relatório de Gestão do quanto ainda era da sua responsabilidade como  
261 Secretário de Saúde, mas também para de certa forma se despedir do CES. “Creio que fica também de  
262 bom tom que possamos reconhecer na mesma moção não somente a congratulação pela escolha do Dr.  
263 Washington, mas também a moção seja transformada no agradecimento e reconhecimento público. Como  
264 dizemos em outras instâncias, pelo conjunto da obra que se fez nessa gestão durante esses sete anos que  
265 tivemos o Dr. Jorge Solla à frente.” Destacou que se os conselheiros permitissem seria feita a moção de  
266 agradecimento, reconhecimento pela gestão feita pelo Dr. Solla e pelo apreço e respeito pela indicação do  
267 Dr. Washington Couto. A proposta foi aprovada à unanimidade. O conselheiro Júlio César Vieira Braga  
268 colocou que o papel do Conselho não era de defesa da categoria médica, defesa da prática da medicina,  
269 portanto, dados divulgados no último mês mostravam inclusive que o Conselho Regional de Medicina da  
270 Bahia estava entre um dos mais produtivos do Brasil, em termos de avaliação, investigação, sindicâncias,  
271 processos, avaliando a prática médica no estado. Um Conselho reconhecido no Brasil que estava à  
272 disposição da sociedade e não da classe médica exclusivamente. Entre os papéis de avaliar a prática  
273 médica, pontuou a necessidade de registro das entidades, dos postos de saúde, unidades de saúde,  
274 qualquer programa de saúde que tivesse a prática de um médico envolvido precisava do registro daquele  
275 serviço junto ao Conselho Regional de Medicina. Pontuou ainda que o Conselho de Contabilidade estava  
276 tendo um trabalho junto a eles para que fosse exigido que todo consultório, toda clínica aberta fizesse esse  
277 registro. “Isso é um trabalho de tentar esclarecer esses contadores para que os mesmos junto com os  
278 médicos que abrem empresas tenham esse registro, porque sem isso não é possível a fiscalização.”  
279 Relatou que no mês anterior um Secretário Municipal de Saúde havia divulgado na internet que aquilo era  
280 necessário, porque havia um falso médico trabalhando na unidade de saúde. “Não foi aqui na Bahia, mas  
281 é uma coisa óbvia, mas as unidades de saúde públicas precisam ter registro para que o Conselho possa  
282 fazer seu trabalho de fiscalização.” Comentou que o CREMEB tinha uma posição contrária com  
283 referência ao EBSEERH no Hospital Universitário, bem como muitos outros órgãos que também eram  
284 contrários à implantação do EBSEERH, o Ministério Público questionava a legalidade e a questão de um  
285 serviço público com finalidade de prestar serviço à população ser privatizado, haver uma mudança de  
286 vínculo trabalhista. “Então, isso é muito questionável e o papel da discussão não é só trazer um  
287 representante da EBSEERH para dizer a forma de implantação. Penso que temos que questionar a própria  
288 implantação, se é correto e se devemos nos posicionar. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio  
289 mencionou que iria se associar à conselheira Julieta não somente pelas questões colocadas, mas que fosse  
290 registrado na moção de que tinha sido o Secretário que havia possibilitado a democratização do CES, pois  
291 pela primeira vez na história da Bahia houve eleições para o Conselho Estadual, regularizou a questão que  
292 se tinha ainda a Assembléia Legislativa como membro, que a lei dizia que não era permitido, portanto, se  
293 precisava fazer esse reconhecimento porque cada dia se fazia um pouco de história e esta deveria ser  
294 contada como um todo. Parabenizou o ex-Secretário Jorge Solla, bem como o atual Secretário  
295 Washington Couto e pontuou sobre a questão da vacância no caso de presidente, presente no Regimento  
296 Interno do CES, artigo 11, inciso 03 que fala da Coordenação Executiva. “Ele já fala o que deve ser feito  
297 e acredito que devemos encaminhar dessa forma. O artigo diz que em caso de vacância definitiva de  
298 qualquer um dos cargos da Coordenação Executiva, no decorrer do mandato será feita uma nova escolha  
299 para o cargo vacante devendo o segmento correspondente que ocupava o cargo no prazo máximo de 60  
300 dias indicar o representante substituto.” Propôs que fosse encaminhado para o segmento de gestor, a fim

301 de que até a próxima reunião o referido segmento indicasse o substituto do Secretário Solla. “Esse é o  
302 encaminhamento que devemos dar sem ter nenhum tipo de desgaste ou discussão, pois penso que seja  
303 desnecessário já que o Regimento cita.” A Sra. Elisabete Lima de Moraes lembrou que todos os  
304 conselheiros tinham o Regimento em mãos, pois ao tomar posse eles haviam recebido, poderia ser  
305 encontrado no site, mas por conta do que foi exposto pelo conselheiro Marcos havia levado cópia do  
306 Regimento para todos. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou também a necessidade  
307 de se instituir a Comissão de Educação Permanente e informou que no dia anterior no município de  
308 Salvador haviam tomado posse 320 conselheiros distritais de saúde do referido município, onde de fato  
309 iria precisar da parceria e acompanhamento do CES para que fosse feita de fato uma educação  
310 permanente. Informou também que foi lançado no dia anterior o 1º exemplar do Jornal do Conselho  
311 Municipal de Saúde de Salvador e queria indicar que o CES pudesse estar vendo com a SESAB,  
312 juntamente com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) a possibilidade de se lançar o jornal do CES,  
313 pois era uma forma de comunicação para que as pessoas soubessem de fato o que se tinha feito ali, o que  
314 tinha aprovado, o que o CES tinha de fato contribuído para a vida das pessoas. O Sr. Jorge José Santos  
315 Pereira Solla agradeceu aos conselheiros destacando que teve uma grata satisfação em ficar em uma  
316 missão durante 07 anos e 20 dias, e obviamente entre os diversos parceiros dessa trajetória, os  
317 conselheiros estaduais de saúde e os representantes ali dos diversos segmentos que construíam o SUS na  
318 Bahia haviam sido fundamentais. “Penso que o conjunto da obra, como Moysés citou é fruto do empenho,  
319 da determinação, do compromisso da equipe dirigente da Secretaria, do governador que tem viabilizado a  
320 ampliação de recursos e o apoio político necessário para o projeto, mas obviamente só foi possível pela  
321 participação decisiva de uma série de instituições governamentais e não governamentais da sociedade  
322 civil e os trabalhadores da saúde que deram com seu compromisso e empenho capacidade de que esses  
323 projetos acontecessem. E esse Conselho resume esse conjunto de atores que aqui estão representados e  
324 constroem o SUS no dia a dia. Primeiro e acima de tudo o nosso agradecimento, e acima de tudo desejo  
325 que o Conselho continue nessa trajetória positiva.” Colocou que o conselheiro Delfino tinha toda razão de  
326 reclamar sobre o atraso dos pagamentos dos prestadores, salientando que há muito tempo não se tinha  
327 atrasos de repasse do Ministério da Saúde, mas infelizmente no final de 2013 houve. “Para vocês terem  
328 idéia, novembro só foi concluído o pagamento no dia 31 de dezembro. Significou que o Fundo Estadual  
329 de Saúde só teve o dinheiro disponível no dia 06 de janeiro. Teve um problema realmente, ainda está,  
330 porque além do atraso o Ministério da Saúde está devendo somente ao Fundo Estadual de Saúde, 50  
331 milhões de reais, isso sem contar os repasses de janeiro. No balanço de 2013 a SESAB ainda tem para  
332 receber 50 milhões de reais do Ministério da Saúde. Do FAEC, para quem conhece são os valores pós-  
333 fixados não foram pagos três meses inteiros. Só de transplantes tem 4 milhões de reais a serem repassados  
334 e só de diárias de UTI são mais de 11 milhões de reais, então é importante que o Conselho tome  
335 conhecimento disso, depois se for o caso é importante que o FESBA apresente de forma mais detalhada  
336 esse balanço do que tem pendente, e estou preocupado, peço o apoio do Conselho porque o orçamento do  
337 Ministério da Saúde para 2014 é desesperador. O Congresso aprovou a tal das emendas impositivas sem  
338 aumentar o orçamento do Ministério, então o recurso de custeio de 2014 do Ministério da Saúde é menor  
339 do que executou em 2013, que é menor do que ele precisava ter pago em 2013, então se não tiver uma  
340 pressão forte o Ministério não consegue honrar os compromissos pendentes para com o estado, os  
341 municípios e obviamente o conjunto dos hospitais e prestadores de serviços. Antes de fazer a transmissão  
342 do cargo estive juntamente com o novo Secretário em uma audiência com o Ministro Padilha, o Secretário  
343 Helvécio e nos abrimos toda a situação do orçamento que foi aprovada, o que nos faz trazer aqui para o  
344 Conselho a preocupação.” Colocou ainda que a reclamação sobre a questão da mamografia era viável,  
345 mas precisava ser dirigida ao responsável correto. “Foi feita uma programação das mamografias em  
346 outubro com acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de que o Estado pagaria os serviços  
347 contratados em mamografia móvel e a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador se responsabilizaria em  
348 fazer chegar os resultados às pessoas que foram atendidas e dar seguimento quando fosse necessário ao  
349 processo de investigação. Não é possível que nem a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador não  
350 consiga fazer isso. Pelo menos isso, afinal, os serviços de oncologia estão sob gestão municipal, a Rede  
351 Básica é sob gestão municipal, e é bom lembrar que o Estado está sem receber o pagamento do Ministério  
352 referente à mamografia desde o mês de setembro, então todas as mamografias que foram feitas em  
353 setembro, outubro, novembro e dezembro, inclusive àquelas do Outubro Rosa até hoje a SESAB não  
354 recebeu um tostão. E mais, até hoje não recebeu um valor a mais da tabela diferenciada de mamografia  
355 móvel. O que recebemos entre janeiro e agosto foi pago com valor de mamografia fixa que é uma tabela  
356 menor do que mamografia móvel.” Informou que o recurso para a UPA de Itabuna já havia sido aprovado  
357 pelo Ministério, disponibilizado para a Prefeitura, Secretaria Municipal e seria bom procurar saber como  
358 isso iria acontecer. “Agora Josivaldo, me deixe compartilhar com você também uma preocupação, quero  
359 mobilizar a todos, estou sinalizando o problema de alguns não pagamentos para compreender a  
360 dificuldade que teremos com o orçamento do Ministério para 2014. A passagem da gestão para o

361 município de Itabuna foi negociada com o Ministério da Saúde, durante mais de 06 meses o Ministério  
362 fechou conosco com o prefeito de Itabuna e com o Secretário Municipal um acordo, e os compromissos  
363 que o Ministério assumiu para devolução da gestão de Itabuna não foram honrados até agora. Nos 02  
364 primeiros meses da gestão municipal o município só conseguiu pagar a conta porque os valores que os  
365 prestadores de Itabuna tomaram em banco, como a Caixa Econômica, Banco BIC e tal e são descontados  
366 mês a mês, quem pagou essa conta foi a SESAB, não foi da conta do município. Só nessa brincadeira  
367 2 milhões de reais a SESAB pagou à Caixa Econômica, Banco BIC e companhia limitada de dívidas de  
368 prestadores de Itabuna, e felizmente a SESAB pagou, senão em 2 meses iria comprometer a gestão  
369 municipal de Itabuna. Então, é mais um problema que teremos que enfrentar.” Sobre a EBSERH,  
370 destacou que era um debate interessantíssimo, tinha que ser aprofundado o debate sobre todas as questões  
371 relacionadas à gestão e convidou os conselheiros que não conheciam o Hospital Ana Nery para que  
372 fizessem uma visita ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), depois  
373 visitassem o Hospital Ana Nery, comparassem e vissem quem era uma gestão bem sucedida, se era o  
374 HUPES em um formato mais clássico, conservador, tradicional ou uma gestão ousada, criativa, dinâmica  
375 que usava várias ferramentas para alcançar o principal objetivo. “E no Hospital Ana Nery até sugiro que  
376 visite às 21, 22 ou 23 horas porque irão encontrar médicos trabalhando, fazendo hemodinâmica,  
377 atendendo paciente enfartado, e o HUPES sugiro que visite às 15 horas, pois fora algumas ilhas de  
378 excelência como patologia, Enfermaria de Clínica Médica coordenada por Antônio Raimundo,  
379 dificilmente irão encontrar vida nos corredores daquela unidade, infelizmente.” A conselheira Stela dos  
380 Santos Souza saudou a todos, salientou que o COSEMS concordava com as falas dos conselheiros e com  
381 relação ao Dr. Washington Couto a indicação agradava a todos pelo mesmo já estar dentro do processo, e  
382 com certeza continuaria contribuindo como já vinha. Agradeceu ao Sr.º Jorge Solla pela gestão durante os  
383 últimos 7 anos e meio destacando que realmente trouxe muita melhoria para a saúde no estado da Bahia.  
384 Informou que a partir do dia 3 de fevereiro o Ministério da Saúde em parceria com SESAB e o COSEMS/  
385 BA estaria visitando 67 UPAS dentro do estado e essas UPAS não eram as habilitadas, mas aquelas  
386 aprovadas e que ainda não estavam funcionando. “O Ministério estará indo não só para verificar a  
387 situação, mas até para tentar ajudar nas dificuldades, porque ainda não construiu? Porque ainda não  
388 licitou? Está pronta, porque não está funcionando, e tentar agilizar esse processo. Então, isso começa a  
389 partir de terça-feira, o COSEMS e a SESAB estarão publicando hoje nos sites as datas das visitas e quais  
390 os municípios, então, é importante os conselheiros acompanharem.” Colocou que o COSEMS havia  
391 recebido a agenda do CES, fez uma agenda também, porque tinha dois modelos de agenda, uma que  
392 ficava na bolsa ou no bolso para poder levar mais fácil e a outra que escrevia muito que era a agenda do  
393 CES. “O COSEMS trouxe essa agenda pequenininha que será distribuída entre todos os conselheiros.” O  
394 conselheiro Edson Morais de Oliveira colocou a questão do Hospital Juliano Moreira, onde os  
395 trabalhadores estavam questionando a desativação do Pronto Atendimento Feminino (PAF) que tinha 16  
396 leitos e seriam desativados, pois haviam os leitos masculinos e os leitos femininos. Perguntou quando  
397 chegassem os pacientes ficariam juntos, o masculino e o feminino, pois os trabalhadores estavam  
398 questionando sobre aqueles assuntos. Colocou a questão de funcionários que foi prevista a contratação de  
399 20 funcionários por concurso e só havia chegado 5 funcionários até aquele momento, e sobre a questão  
400 dos renais crônicos que estavam solicitado do CES uma abertura de discussão na questão de distribuição  
401 dos medicamentos que só era distribuído no Hospital Ana Nery. “Eles estão solicitando um apoio junto ao  
402 CES em relação a essa questão, porque querem ver se abre um espaço de distribuição em outros locais,  
403 não sendo restrito ao Ana Nery.” O Senhor Secretário Geral lembrou que ficava patente que tinha que  
404 solicitar provavelmente para a próxima reunião, que o Fundo Estadual de Saúde da Bahia pudesse ajudar  
405 a fazer um balanço das pendências, inclusive de pagamentos do Ministério da Saúde com a SESAB para  
406 que se pudesse ver o panorama que se teria para 2014 que seria um ano eleitoral e todos sabiam o quanto  
407 aquilo poderia prejudicar as questões de financiamento da saúde, principalmente se não houvesse  
408 contingenciamento. “Lembrem-se, todos já tivemos em 2013 inclusive aqui na Bahia decretos que  
409 bloquearam verbas para diversas Secretarias e que prejudicaram as ações de saúde. Temos como  
410 conselheiros que nos preocupar com isso sim, e também poderíamos propor uma pauta para verificar qual  
411 a situação atual de implantação das UPAS, porque já tivemos por diversas vezes aqui inclusive, a  
412 prorrogação de prazos de convênios para a questão de UPAS. Então, podemos tentar fazer uma análise e  
413 colocar isso em ata se os conselheiros acharem proveitoso.” Declarou que fugindo um pouco da sua  
414 atribuição que seria só de presidência, como não queria interferir com a ata, só lembrando que o  
415 Movimento de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS o qual era representante no CES, onde tinha no dia 28,  
416 terça-feira uma reunião do Fórum Baiano de ONGs/AIDS durante todo o dia, mas só poderia participar à  
417 tarde de uma reunião com a Coordenação Estadual de DST/AIDS para verificar qual o balanço das ações  
418 de prevenção, promoção, assistência em 2013 com vistas ainda a planejar atrasado as ações de 2014.  
419 “Com vistas a vários decretos e portarias que surgiram em 2013, onde temos uma situação de  
420 instabilidade de certa forma para o financiamento específico de ações de DST, mas Mesa Diretora, que

421 conforme os conselheiros que todos na sua posse receberam o Regimento e se souberam da posse do novo  
422 Secretário substituindo o Dr. Jorge Solla, onde sabemos que o cargo de presidência desse CES encontra-  
423 se vacante até que, enquanto Conselho possamos imediatamente fazer essa convocação agora nessa  
424 reunião para que o segmento Gestor/Prestador possa estabelecer um prazo, e se no final da reunião vocês  
425 puderem pactuar isso e trazer para a Mesa, esta agradecerá, e estabelecer uma data para fazer uma  
426 reunião plenária do segmento Gestor/Prestador para decisão com relação à Mesa Diretora desse CES,  
427 senão teremos o cargo vacante pelo período de 60 dias. Lembrando a todos que o mandato desta Mesa  
428 Diretora vai até maio de 2014, então é somente para esse período, mas como Mesa Diretora chega de só  
429 termos só Secretário conduzindo a direção dessa reunião, então precisamos realmente dessa decisão de  
430 vocês do segmento Gestor/Prestador.” Destacou que não haveria a posse da conselheira Hermília Tavares  
431 Vilar Guedes, pois a mesma não estava presente. A Conselheira Maria Luiza Costa Câmara comunicou  
432 que estava com uma pessoa da Associação Baiana de Deficientes Físicos (ABADEF) precisando fazer  
433 uma cirurgia do colo de útero no Hospital Irmã Dulce, porém tinha que fazer um exame chamado estudo  
434 urodinâmico. “Liguei para o Roberto Santos e me informaram que lá não faz, só se a SESAB indicar. Não  
435 entendi essa informação, que a SESAB manda o documento da pessoa para entrar na fila, se é um  
436 procedimento para todos, porque achei isso um absurdo, briguei, questionei, mas era uma pessoa do  
437 gabinete e não quis se identificar. Liguei para lá e a Dr.<sup>a</sup> Edelvani que respeito muito não estava em sua  
438 sala no momento, e achei essa postura inadequada, por isso gostaria de saber onde faz, se alguém aqui da  
439 Secretaria pode me indicar o estudo urodinâmico com urgência, pois a cirurgia já está marcada. O Senhor  
440 Secretário Geral pontuou que diante da colocação da conselheira Maria Luíza, e tendo ali a presença de  
441 diversos Superintendentes e Diretores da SESAB, poderiam fazer algum tipo de contato com a mesma  
442 para prestar informações sobre aquela questão específica de como resolver aquele problema daquela  
443 paciente. Passou a palavra para a senhora Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do CES ler as  
444 Comunicações da Presidência Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de  
445 Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este  
446 Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº  
447 768432/08 tendo como objeto “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VÁRIAS UNIDADES DE  
448 SAÚDE, (HGJBC, HGVC, HVM, HO, HPEL, HRDB, HRGUAN, HRST, MAS, CICAN, HDLEM  
449 MAIRI, HECM, HEDRM, HEOM, HGC, HGCA, HGCM, HGDB, HGE, HGESEF, HGJBC, HGMF  
450 PORTO SEGURO, HGMF, HGPV, HGRS, HGVC, HJBC, HVM, HO, HPCL HPEL, HRCA, HRDB,  
451 HRES, HRGHRGUANAMBI, HRIBOT, HRIBOTIRAMA, HRIPIAU, HRITAPARICA, HRSAJ, HRST,  
452 IPERBA, MAS, MRPJMMN, MTB, UECAJAZEIRAS, UECURUZU, UECVIII, UEPIRAJA, UESC), no  
453 valor de R\$9.674.760,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e setecentos e sessenta reais). 2.  
454 Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e  
455 Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que  
456 solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 2406/07 tendo  
457 como objeto “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE E ESTUDO  
458 INFORMATIZAR O CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO IDOSO (CREASI), no valor de  
459 R\$194.000,00 (cento e noventa e quatro mil). A COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA  
460 BAHIA – CIB, APRESENTA AS SEGUINTE RESOLUÇÕES APROVADAS NO SEU ÂMBITO  
461 PARA CONHECIMENTO DESTE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES. AS RESOLUÇÕES  
462 FORAM ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS  
463 (AS). RESOLUÇÃO CIB Nº 562/2013 - Adesão aos termos da Portaria GM/MS nº 1.555 de 30 de julho  
464 de 2013, que define os valores e a forma de pactuação das contrapartidas do Estado e dos Municípios e  
465 aprova a forma de transferência do recurso federal. RESOLUÇÃO CIB Nº 563/2013 - A ratificação da  
466 condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela  
467 do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde - Componente Ampliação do município de  
468 Itatim. RESOLUÇÃO CIB Nº 564/2013 - A ratificação da condição de municípios do Estado da Bahia  
469 como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela do Programa de Requalificação de unidades  
470 Básicas de Saúde – Componente Reforma do município de Itatim. RESOLUÇÃO CIB Nº 565/2013- O  
471 remanejamento dos valores financeiros do Fundo Estadual de Saúde destinado a Terapia Renal  
472 Substitutiva para o Fundo Municipal de Saúde de Itabuna-Bahia. RESOLUÇÃO CIB Nº 566/2013 - O  
473 Plano de Ação da Região de Barreiras da Rede de Atenção Psicossocial e dá outras providências.  
474 RESOLUÇÃO CIB Nº 568/2013 - O Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências das Regiões de  
475 Santa Maria da Vitória e Serrinha. RESOLUÇÃO CIB Nº 569/2013 – O Plano de Ação da Região de  
476 Teixeira de Freitas, Guanambi e Itapetinga da Rede de Cegonha e dá outras providências. RESOLUÇÃO  
477 CIB Nº 570/2013 - O Plano de Ação da Região Santo Antônio de Jesus da Rede de Cegonha e dá outras  
478 providências. RESOLUÇÃO CIB Nº 571/2013 - O acréscimo à Resolução CIB Nº 298/2013, dos  
479 municípios que fizeram adesão ao Projeto Olhar Brasil - Gestão Estadual da Bahia para o ano de  
480 2013/2014. RESOLUÇÃO CIB Nº 572/2013 - O Plano de Ação das Regiões de Barreiras e Ibotirama da

481 Rede Cegonha e dá outras providências. RESOLUÇÃO CIB Nº 573/2013 - A inserção da Unidade de  
482 Assistência de Alta Complexidade-UNACON do Hospital Estadual da Criança, no Município de Feira de  
483 Santana, na Rede Estadual de Oncologia. RESOLUÇÃO CIB Nº 574/2013 - O credenciamento de  
484 Equipes de Saúde Bucal – ESB no Município de Mata de São João. RESOLUÇÃO CIB Nº 575/2013 – O  
485 Projeto Olhar Brasil do Município de Presidente Jânio Quadros – Bahia, para o ano 2013/2014.  
486 RESOLUÇÃO CIB Nº 576/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Maetinga – Bahia, para o ano  
487 2013/2014. RESOLUÇÃO CIB Nº 577/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de Belo Campo –  
488 Bahia, para o ano 2013/2014. RESOLUÇÃO CIB Nº 578/2013 - O Projeto Olhar Brasil do Município de  
489 Barra do Choça – Bahia, para o ano 2013/2014. RESOLUÇÃO CIB Nº 579/2013 - A ratificação da  
490 condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela  
491 do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde - Componente Ampliação do município de  
492 Santa Bárbara. RESOLUÇÃO CIB Nº 580/2013 - A justificativa formal acerca da relevância e da  
493 necessidade da alteração do endereço da Construção do Pólo da Academia da Saúde do município de  
494 Tabocas do Brejo Velho. RESOLUÇÃO CIB Nº 581/2013 - A ratificação na condição de municípios do  
495 Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela da construção de Unidades  
496 Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades  
497 Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família do município de Itatim. RESOLUÇÃO CIB Nº  
498 582/2013 – O elenco de referência de medicamentos e insumos do componente básico da Assistência  
499 Farmacêutica para execução das contrapartidas federal, estadual e municipais de acordo com a Portaria  
500 GM/MS nº 1.555/13. RESOLUÇÃO CIB Nº 583/2013 - A condição de município do Estado da Bahia  
501 como apto a receber o valor referente à terceira parcela da construção de Unidades Básicas de Saúde para  
502 Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para  
503 Equipes de Saúde da Família. RESOLUÇÃO CIB Nº 584/2013 - O repasse do Comando Único das Ações  
504 e Serviços da Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar de Média e Alta Complexidade para o  
505 Município de Pindobaçu. RESOLUÇÃO CIB Nº 585 /2013 - O repasse do Comando Único das Ações e  
506 Serviços da Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar de Média e Alta Complexidade para o  
507 Município de Cícero Dantas. RESOLUÇÃO CIB Nº 586/2013 - O repasse do Comando Único das Ações  
508 e Serviços da Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar de Média e Alta Complexidade para o  
509 Município de Tucano. RESOLUÇÃO CIB Nº 587 /2013 - A ratificação a condição de municípios do  
510 Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à terceira parcela da construção de Unidades  
511 Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades  
512 Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família do município de Água Fria. RESOLUÇÃO CIB Nº  
513 588 /2013 - A ratificação na condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores  
514 referentes à segunda parcela da construção de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da  
515 Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da  
516 Família do município de Curaça. RESOLUÇÃO CIB Nº 589/2013 - A ratificação na condição de  
517 municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela da  
518 construção de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de  
519 Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família do município de Salvador.  
520 Resoluções CIB 2014 RESOLUÇÃO CIB Nº 001/2014 - A ratificação na condição de municípios do  
521 Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à segunda parcela da construção de Unidades  
522 Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades  
523 Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família dos municípios de Capim Grosso e Itatim.  
524 RESOLUÇÃO CIB Nº 002/2014 - O Componente de Atenção Domiciliar -AD da Rede de Atenção às  
525 Urgências do Município de Governador Mangabeira. RESOLUÇÃO CIB Nº 003/2014 - A ratificação da  
526 condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receberem os valores referentes à segunda  
527 parcela do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde - Componente Ampliação dos  
528 municípios de Cravolândia, Campo Alegre de Lourdes e Ibirataia. RESOLUÇÃO CIB Nº 004/2014 - A  
529 ratificação da condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receberem os valores referentes à  
530 segunda parcela do Programa de Requalificação de unidades Básicas de Saúde – Componente Reforma  
531 dos municípios de Cravolândia, Campo Alegre de Lourdes e Ibirataia. RESOLUÇÃO CIB Nº 005 /2014 -  
532 A ratificação da condição de municípios do Estado da Bahia como aptos a receber os valores referentes à  
533 terceira parcela da construção de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo  
534 Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família do  
535 município de Abaíra. RESOLUÇÃO CIB Nº 006 /2014 - A ratificação na condição de municípios do  
536 Estado da Bahia como aptos a receberem os valores referentes à segunda parcela da construção de  
537 Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família pelo Plano Nacional de Implantação de  
538 Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família dos municípios de Ibipêba e Ibirataia. A  
539 Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho mencionou que na última reunião comentou-se sobre os  
540 integrantes do CES que participavam da CIB e gostaria de obter informações sobre determinada questão.

541 O Senhor Secretário Geral comunicou que no CES haviam alguns conselheiros que faziam parte da CIB  
542 participando ativamente das reuniões, e havia inclusive uma pauta que iria discutir a relação CIB e CES  
543 nas suas atribuições específicas de cada instância. “O que sabemos também conselheira, é que agora com  
544 a posse de novos conselheiros no final do ano de 2013 teremos duas pautas importantíssimas para  
545 resolver aqui nesse CES. Primeiro, a reformulação de todos os GTs e Comissões desse CES, onde temos  
546 que dar uma seguridade para que a condução da Mesa Diretora possa encaminhar esse processo, e  
547 também já prevendo o próximo período eleitoral para a Mesa Diretora do CES. Estamos perfeitamente  
548 aptos para em caso decidido por esse CES anteciparmos maio e fazermos já a eleição, mas, para isso  
549 precisaríamos constituir imediatamente uma Comissão Eleitoral para o processo eleitoral da Mesa  
550 Diretora. São dois assuntos que precisamos resolver, até para que as pessoas que são membros da CIB  
551 pelo CES possam nesse momento também fazer as suas considerações e ajudarem ao coletivo a dizer:  
552 olha, tudo foi de acordo, tudo foi acompanhado, discutido, até para que dê uma segurança para que  
553 certifiquemos que isso está de acordo.” Enfatizou que iria passar para a conselheira Célia para que  
554 tratasse de um assunto de pauta que se tentou encaminhar em 2013 na forma de seminário que a  
555 conselheira estava resolvendo, mas não foi esquecido. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira  
556 enfatizou que sempre as novas formas de gestão, a questão do público e do privado tinha entremeadado as  
557 suas preocupações nas diferentes sessões. “Ficamos com a responsabilidade de organizar esse seminário  
558 em 2013 e o informe é o seguinte: tive a maior dificuldade, exatamente naquele período de outubro,  
559 novembro e dezembro que foi de contabilizar agendas. Essa é uma questão muito polêmica que envolve  
560 diferentes posicionamentos, até mesmo ideológicos, então, tínhamos a preocupação de trazer pessoas  
561 favoráveis e não favoráveis para que a discussão fosse a mais democrática possível, pois é do maior  
562 interesse nosso discutir, principalmente os movimentos sociais e sindicais, pois, muitas vezes somos  
563 colocados nessa posição de conservadores e de não compreender a modernidade e as novas formas de  
564 gestão. Mas não se trata disso, então, em um seminário poderíamos aprofundar bastante essa questão e  
565 pensamos já que logo após o carnaval, e já estamos entrando em contato com pessoas, inclusive do Brasil  
566 e não somente aqui da Bahia para discutir a questão.” O Senhor Secretário Geral informou ao pleno que  
567 haveria uma inversão de pauta por conta de agenda, onde a terceira pauta passaria a ser a primeira que  
568 seria apresentada pelo conselheiro Washington Luís Silva Couto, mas que na verdade estaria sendo  
569 apresentada pelo Sr. Jorge Solla naquele momento. O Senhor Jorge José Santos Pereira Solla apresentou o  
570 Relatório de Gestão do 2º quadrimestre de 2013 da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia que foi  
571 distribuído na plenária em CD ROM e enviado para todos os conselheiros via e-mail. O conselheiro  
572 Marcos Antônio Almeida Sampaio propôs que não fosse feita as inscrições para o debate e sim a  
573 apresentação de mais um Relatório com o debate conjunto, porque o tempo já estava bastante corrido. O  
574 Senhor Secretário Geral lembrou aos conselheiros que geralmente o debate era feito em cima do Parecer  
575 da Prestação de Contas, o que faria exatamente ali era que a prestação de contas levasse um tempo bem  
576 menor para que fossem considerados alguns pontos bem pequenos apresentados. “Se bem me lembro,  
577 quando misturamos alguns pontos de pauta as pessoas vão fazer considerações de duas, três coisas  
578 diferentes e poderemos ter prejudicado o entendimento das pessoas sobre aquilo que vai ser inclusive  
579 aprovado. Parecer a ser feito precisa de aprovação com clareza, estamos em um ponto que pode ser  
580 vencido rapidamente.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio propôs que o pleno fosse  
581 consultado já que todos haviam recebido o material. “Vai ter a escolha de quem fará o relatório, mas que  
582 abrissemos mão desse debate e entrássemos nos outros dois, porque necessita de aprovação desse CES,  
583 pois está marcado até às 12:30h o término da reunião.” O conselheiro Luis Delfino Mota Lopes ressaltou  
584 que a posição de Marcos era a seguinte: foi apresentado o Relatório e seria discutido posteriormente, e se  
585 não fosse discutido naquele momento poderia se ganhar tempo retirando o relator daquele processo e  
586 passando nos outros para depois discutir aquele assunto. O Senhor Secretário Geral colocou que enquanto  
587 Mesa ainda havia uma solicitação do Secretário da Saúde Sr. Washington Couto para que se pudessem  
588 fazer ainda algumas considerações. O conselheiro Washington Luís Silva Couto destacou que muitas  
589 pessoas falaram, algumas mandaram e-mail, muitos dos que ali estavam participaram da sua posse e todos  
590 estavam sabendo que acabava de chegar de uma viagem à Cuba e estava aqui por conta da importância  
591 que o CES tinha para a Bahia. “Gostaria de agradecer o companheirismo, a cumplicidade, a solidariedade  
592 de muitos conselheiros que recebi mensagens, pessoalmente sabemos que devido a essa coisa de  
593 tecnologia já ficamos sabendo rapidinho, sei que muitos de vocês já falaram aqui, estava desembarcando  
594 e o povo mandando torpedo e whatsapp. Venho aqui agradecer e dizer que a nossa gestão é uma  
595 continuidade da gestão do Secretário Jorge Solla, é interessante o Secretário que sai e mesmo assim vem  
596 aqui presta contas sendo uma postura do próprio Secretário Solla e também do conjunto dessa instituição  
597 da gestão. Vou da mesma maneira tocar e ter a responsabilidade de prestar contas ao CES. Penso que a  
598 próxima será do 3º Quadrimestre, quem sabe Solla faremos um dueto somente para mostrar que é uma  
599 continuidade do trabalho, mas principalmente é um trabalho levado muito a sério, onde este CES tem um  
600 lugar que já é seu por lei que é a maior instância do SUS/BA, e na nossa gestão também manteremos

601 fazendo o possível e o impossível para estar presente em todas as reuniões. Muito obrigado pelo apoio e  
602 vamos continuar caminhando juntos na construção do SUS para todo o nosso estado.” A conselheira  
603 Isadora Oliveira Maia solicitou uma questão de encaminhamento salientando ter um relatório pronto  
604 desde outubro de 2011 e não foi apresentado pela questão de quórum de conselheiros, e naquele dia talvez  
605 por causa do horário, mas tinha que se aproveitar a apresentação do Relatório do Dr. Solla para que se  
606 conseguisse ter os questionamentos, porque para quem iria fazer parecer e para quem leria o parecer era  
607 importante após aquela apresentação ter a discussão, porque se deixasse para frente não iria. “Tenho um  
608 parecer aqui de 2011 que é extremamente técnico, tem que ter aprovação do CES, tem até para poder  
609 sustentar, mas é importante a presença do Secretário, então vamos colocar em pauta das duas  
610 considerações, senão não se questionará nada em relação à antiga e precisamos aprovar. Marca-se uma  
611 Reunião Extraordinária, porque em um turno só não deu tempo.” O Senhor Secretário Geral lembrou que  
612 o momento de apresentação de uma Prestação de Contas era um momento que tinha realmente que  
613 questionar de quem era a responsabilidade pela gestão do sistema. “O que tenho visto nos últimos tempos  
614 enquanto Mesa Diretora é de que alguns conselheiros estão questionando o relator de um Parecer de  
615 Prestação de Contas que não é a pessoa responsável e que está somente emitindo uma avaliação. Então,  
616 gostaria de lembrar a todos que temos dois encaminhamentos.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida  
617 Sampaio colocou que a conselheira Isadora apontou a possibilidade de se fazer uma reunião  
618 extraordinária para as outras pautas, então, retiraria o encaminhamento. “Fazemos o debate, onde já estou  
619 me inscrevendo e ficamos aqui até a hora que puder.” A senhora Elisabete Lima de Moraes informou que  
620 havia negociado o horário e poderiam tocar até as 13:00h. O Senhor Secretário Geral enfatizou que cabia  
621 aos conselheiros ali que quando fossem fazer os seus papéis enquanto conselheiros naquele momento,  
622 apontar conforme a conselheira Isadora houvera citado: para o parecerista considerações de todos os  
623 conselheiros não pareceristas sobre o conjunto do que houvessem acabado de verificar ali. “Os  
624 conselheiros que se inscreveram para fazer as suas considerações aqui sobre o Relatório de Gestão do 2º  
625 quadrimestre de 2013 da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, por favor, objetividade. Tem que ser  
626 feita essa correção, porque está referindo 1º Quadrimestre no nosso roteiro e como estão todos os  
627 conselheiros presentes seguiremos exatamente as dez inscrições máximas que são permitidas, para que  
628 possamos cumprir tempo e avançarmos na pauta, porque temos coisas atrasadas há muito tempo.” O  
629 conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça solicitou uma questão de ordem enfatizando que anteriormente  
630 o conselheiro Marcos e Isadora lançaram uma proposta, sendo que Marcos havia retirado a proposta.  
631 “Vimos a questão da ordem e a questão do horário, mas gostaria de saber qual é a condução da Mesa, se  
632 vai tocar realmente para a apresentação dos pareceres e finalizamos a pauta dessa reunião hoje até a hora  
633 que der.” O Senhor Secretário Geral colocou que enquanto Mesa pretendia que ocorresse as apresentações  
634 para poder vencer as pautas, inclusive que estavam atrasadas há mais de três meses. O conselheiro  
635 Ricardo Luiz Dias Mendonça recomendou que ficasse claro para todos os conselheiros, porque se  
636 precisaria de quorum para aprovar ou não. O Senhor Secretário Geral mencionou que enquanto os  
637 conselheiros estavam se inscrevendo gostaria de registrar a presença do Deputado Estadual Carlos  
638 Ubaldino de Santana, Vice Líder do Governo na Assembleia Legislativa, e o mesmo gostaria de se  
639 pronunciar. Solicitou um minuto para ouvir a fala do referido deputado, onde pensava que tinha a ver  
640 justamente com a questão do novo Secretário e com a Prestação de Contas apresentada. O Deputado  
641 Estadual Carlos Ubaldino de Santana saudou a todos e colocou que gostaria naquele momento de abraçar  
642 a todos os conselheiros que lhe prestigiavam com as suas valiosas e magníficas presenças. “Quero abraçar  
643 a todos na pessoa do nosso eterno Secretário Jorge Solla, meu companheiro e amigo Washington, coluna  
644 que Deus levantou para estar colaborando com a Saúde no Estado. Quando Cristo palmilhou esta terra os  
645 seus olhos eram voltados para as pessoas desprovidas, e, inclusive recomendou aos seus apóstolos que  
646 atentassem com diligência para os órfãos e para as viúvas. Senhores, momentos como esse no estado da  
647 Bahia os nossos olhos desejam contemplar muitas outras vezes. Tenho certeza Jorge Solla que o Deus que  
648 lhe inspirou a fazer tanto pela Bahia, mudando a Saúde da Bahia, mudando a fisionomia da Saúde da  
649 região de Irecê, de Juazeiro da Bahia, de Santo Antônio de Jesus, construindo o Hospital de Eunápolis,  
650 construindo o Hospital da Criança em Feira de Santana, construindo o Hospital do Subúrbio, este homem  
651 que dia e noite o seu desejo é fazer acontecer os anseios da população baiana. Tenho certeza Jorge Solla,  
652 que talvez não tenhamos palavras, mas o Deus de justiça fará justiça ao seu trabalho, e neste momento me  
653 sinto lisonjeado. Fiz um projeto nessa casa e, além disso, fiz um pronunciamento dizendo que a Saúde  
654 outrora todos os funcionários eram crucificados de cabeça para baixo como Pedro foi, mas, neste dia  
655 senhores conselheiros e senhores secretários, quero dizer uma coisa: que o governador que veio mudar  
656 essa Bahia no sentido de construir a Rótula do Abacaxi, o anel viário do aeroporto, a malha viária do  
657 nosso estado ele constituiu colunas para fazer realmente acontecer o desejo do povo baiano, e uma destas  
658 colunas chama-se Jorge Solla. Parabéns aos senhores e que momentos como esse venham acontecer  
659 muitas outras vezes na nossa Bahia, porque aqui estamos mastigando, remoendo e fazendo acontecer  
660 aquilo que precisa tanto. Um abraço para todos os senhores.” O Senhor Secretário Geral agradeceu ao

661 deputado pelas suas palavras, dando início ao processo de inscrição dos conselheiros. O conselheiro  
662 Ricardo Luiz Dias Mendonça mencionou que estavam cometendo uma falha muito grande ali, pois a  
663 Mesa tinha que chamar o Secretário para estar junto para ouvir as demandas dos conselheiros.  
664 “Represento a CUT no Segmento dos Usuários e fico bastante preocupado, pois, gostaria de chamar a  
665 atenção de todos os conselheiros, até porque sou servidor do Ministério da Saúde, a verba vem oriunda,  
666 principalmente do Ministério da Saúde e ficamos preocupados Secretário, e o Secretário Solla passou  
667 rapidamente, mas gostaria de saber por que as duas UPAs de Macaúbas e Prado estão fechadas. “Queria  
668 chamar o CES para o seu papel para começarmos a fazer uma fiscalização mais abrangente com relação  
669 às UPAs, porque muitos prefeitos alegavam que existia a falta de médicos, aí vem a Presidenta e implanta  
670 o Programa Mais Médicos e precisamos acompanhar realmente qual a motivação dessas UPAs estarem  
671 fechadas.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que gostaria de ver nas próximas  
672 reuniões inserido o que era gasto com orçamento no CES, qual o orçamento do CES, pois precisavam  
673 construir um ambiente que pudesse ver aquilo e também poder fazer uma leitura. Deixou como proposta  
674 para quem fosse o relator que ficasse atento ao colocar a Saúde da População Negra, pois não havia  
675 conseguido enxergar o quanto era gasto, quais foram as ações, e sabia que existiam ações que foram  
676 executadas, e precisava ver isso citado. O conselheiro Luís Delfino Mota Lopes corroborou com a  
677 colocação do conselheiro Ricardo com relação às UPAs que estavam fechadas, destacando que gostaria de  
678 avançar mais, ver o porquê e talvez fazer uma visita, porque era uma coisa inédita no estado. “O  
679 Ministério da Saúde cria uma UPA e o município se propõe a abraçar essa estrutura a colocá-la para  
680 funcionar e está fechada. Acho que é uma coisa diferente, é uma coisa que não está no ritmo normal do  
681 sistema, então, proponho uma visita de membros do Conselho para essas duas UPAs para ver o que pode  
682 ser feito e esse CES colaborar, no sentido de ver essa UPA realmente funcionando. Como o Secretário  
683 Solla colocou, Prado é uma região distante, é um extremo da Bahia e realmente uma região turística,  
684 também sai a imagem da Bahia nisso aí, e quando acontece eventos que podem acontecer em nível da  
685 hotelaria, como aconteceu aqui em Saúpe com doenças graves, Prado está lá isolada e precisa de uma  
686 estrutura mínima. E a UPA seria um desaguar disso tudo, então, porque a UPA de Prado está fechada que  
687 é uma coisa absurda, e temos que ver que apoio pode ser dado nessa logística. Percebemos também que  
688 setores da Bahia ficavam esquecidos do estado, mas hoje estão sendo lembrados como o Oeste Baiano  
689 que está muito desenvolvido, e a estrutura de saúde tem que chegar, senão vão querer dividir, como teve  
690 um louco que tentou dividir a Bahia de novo, então realmente o Estado tem que chegar, tem que ter ações  
691 do Estado no setor de Saúde nesse extremo da Bahia que acho que o CES precisa ir lá.” A conselheira  
692 Camila dos Santos Pimentel parabenizou o Programa Estadual de Triagem Pré-natal ressaltando ser algo  
693 novo, e falou das dificuldades no acesso às ultrassonografias obrigatórias. “Então, temos a preocupação  
694 com o pré-natal, mas em relação às ultrassonografias ainda há um empecilho.” Colocou para os  
695 pareceristas que colocassem a perspectiva da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP),  
696 principalmente as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS para que não tivessem más notícias como estavam  
697 tendo, como tiveram no final do ano passado que existia 33 internações de AIDS no Hospital Couto Maia,  
698 coisa que não acontecia desde a década de 80. “Estamos vendo realmente o retrocesso das pessoas  
699 vivendo com HIV/AIDS. E algo que iria trazer no o que ocorrer, mas percebo que não haverá o que  
700 ocorrer, então, na verdade é uma denúncia da falta de kits de testagem de CD4 e carga viral do HIV em  
701 alguns municípios do nosso estado, inclusive no Centro Especializado Estadual que fica aqui em  
702 Salvador. Já notificamos ao Ministério, já falamos com as Coordenações Municipais, com a Coordenação  
703 Estadual, enfim, tentando solucionar mais isso repercute diretamente na assistência e no tratamento das  
704 pessoas com HIV.” A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho parabenizou a Prestação de Contas  
705 comentando que era a primeira vez que estava participando e gostaria de pactuar amorosamente algo que  
706 para as participantes dos movimentos de mulheres era muito caro ao separar o que era materno infantil do  
707 item Saúde da Mulher. “Isso é uma sinalização muito importante dessa força que a Rede Cegonha ganha e  
708 que novamente as mulheres são enclausuradas ao seu binômio Materno-Infantil, mas obviamente que na  
709 apresentação procuramos rapidamente ver e fui me certificar de que temos que saldar a situação da  
710 Secretária da Saúde, de mostrar o interesse em elaborar um instrumento de acompanhamento das  
711 mulheres em situação de abortamento, porque sem dúvida nenhuma a Bahia, mas sobretudo a capital de  
712 Salvador tem uma situação bastante dramática em relação ao número de abortos que são realizados nessa  
713 cidade, que precisa ser devidamente monitorado, uma vez que isso aqui tenha impacto na mortalidade  
714 materna da nossa capital.” Pontuou que o Brasil e a Bahia na América Latina, ao programa que agora era  
715 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Bahia também havia feito avanços  
716 importantes em determinada época. “Ainda que tivéssemos críticas em relação à Saúde da Mulher,  
717 sobretudo no que diz respeito à Saúde Reprodutiva que é para além da gestação, mas é da anticoncepção.  
718 Temos vivido situações dramáticas e gostaríamos que em uma Prestação de Contas considerasse que a  
719 Saúde da Mulher como um todo, obviamente dando a devida ênfase que tem que ser dada ao materno-  
720 infantil, mas sem reduzir a mulher à saúde materno-infantil e ao abortamento. É apenas um registro que

721 consideramos importante, uma vez que o Relatório de Gestão vai considerar a Prestação de Contas de  
722 vários trimestres, e gostaríamos que isso fosse ressaltado.” A conselheira Isadora Oliveira Maia  
723 comentou que colocação do conselheiro Luís Delfino em relação ao município de Prado era algo absurdo,  
724 pois já havia passado pela UPA do referido município umas três vezes, ela era enorme e havia uma  
725 necessidade, porque Alcobaça, Cabralia e nem Prado não tinha atendimento de saúde qualificado. “O que  
726 temos que fazer é essa responsabilização do ente público e político que fazem essas ações em saúde.”  
727 Informou que haveria um workshop pela OAB que estavam fundando após a Comissão de Direito  
728 Sanitário, onde o tema seria a Responsabilidade dos Agentes Públicos e Políticos nas Ações de Saúde.  
729 “Iremos trazer juízes, promotores e começamos a discutir a responsabilização na construção, na  
730 implementação, na qualidade e uma série de atitudes daqueles que atuam e trabalham em saúde. Gostaria  
731 que a implementação das ações para as pessoas com deficiência, não por ser a cadeira que ocupo aqui,  
732 mas a busca de políticas públicas em que realmente tenham efetividade, por exemplo, o Centro de  
733 Referência ao Autismo que está sendo implantado, ele tem que chamar muito mais de perto àquelas  
734 pessoas que sempre trabalharam com autismo, se tem pessoas, porque já está aí a Escola Evolução, a  
735 AMA e tem uma série de instituições que entendem que foram elas que começaram. Não tem que separar,  
736 tem que realmente implementar. Sobre a reabilitação visual, não existe uma implementação de políticas  
737 para existir esse diagnóstico e essa implementação da ação em oftalmologia maior que necessita se  
738 passarmos a contar realmente o que existe, enquanto parecerista de 2011 e 2012 e observando os  
739 trimestrais de 2013 está muito abaixo, claro que temos que pensar na Atenção Básica dos municípios  
740 em que realmente não compõem e não chegam muitas vezes.” Solicitou que se tirasse uma comissão para  
741 avaliar os CAPS citados, pois não adiantava implementar, principalmente quando não tinha uma  
742 contrapartida do CES. “Conheço CAPS que está na Escola Estadual, inclusive no baixo Sul da Bahia, o  
743 CAPS funciona em uma Escola Estadual onde existem crianças, e sendo a porta de entrada é a mesma  
744 para todos, então, temos que buscar esse tipo de ação.” A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira  
745 saudou ao atual Secretário Estadual de Saúde comentando sua ida à Cuba, um país tão perseguido e tão  
746 isolado, que havia se tornado uma ilha dentro das políticas neoliberais, mas que estava sendo capaz de  
747 exportar médicos para os outros países, inclusive para o Brasil da melhor qualidade. “Que o modelo  
748 Cubano possa ser assim uma referência na sua gestão.” Sobre a apresentação, mencionou que daria  
749 seguimento às palavras da conselheira Isadora, pois no período de 2013 foram quase um mantra na defesa  
750 da saúde mental, no aumento da criação dos CAPS, quase 200, mas aquilo só não resolveria, seria preciso  
751 que realmente se desse estrutura e política para os CAPS, porque sabia que grande maioria das pessoas  
752 com transtornos mentais hoje estavam nas ruas das cidades e o que era pior, sendo vasculhada pela  
753 polícia sanitária a fim de retirasse essas pessoas da pior forma possível sendo colocadas em camburões  
754 de polícia e seus pertences colocados no lixo. Saliu que era de grande importância que se desse  
755 seguimento àquela Política de Saúde Mental no novo momento de 2014. “Achei muito interessante  
756 quando Dr. Solla falou da desinstitucionalização, porque é preciso que as pessoas que estão lá congeladas  
757 nessas instituições que na realidade torturam muito mais as pessoas de que curam, que se dê seguimento a  
758 isso. Gostaria de chamar a atenção para um ponto importante dos trabalhadores que estão sendo  
759 aposentados e deixando com toda a sua experiência uma vacância, então, que se façam concursos  
760 públicos para que os funcionários públicos concursados venham ocupar as vagas desses trabalhadores  
761 para que não se coloque no estado os terceirizados, aqueles que vêm das concessões e das Parcerias  
762 Públicos Privados e que reponham os funcionários públicos que forem aposentados.” O Conselheiro Júlio  
763 César Vieira Braga comentou sobre a questão da produtividade ali apresentada quanto à produção dos  
764 hospitais públicos, de gestão própria e os terceirizados, pensava que os números mostravam que vinha  
765 aumentando a produção dos hospitais terceirizados, mas o Hospital Roberto Santos ainda continuava  
766 sendo o hospital com o maior número de internações no estado, e para fazer justiça ao tipo de  
767 atendimento, a maioria dos hospitais terceirizados tinham política de seleção do tipo e do perfil dos  
768 pacientes e vinha funcionando como uma forma de organização diferente. O Hospital Roberto Santos  
769 ainda trabalhava aceitando todos os perfis de pacientes e com toda a dificuldade que um hospital de porta  
770 aberta funcionava, então, chamava a atenção, porque o número frio não mostrava a realidade do que  
771 acontecia. Ressaltou que os servidores do Hospital Roberto Santos trabalhavam em um sistema de  
772 dificuldades, muitas vezes de condições de trabalho que também não se aplicava da mesma forma aos  
773 outros hospitais, que era a quantidade de recursos, a regularidade de pagamentos, então, no referido  
774 hospital trabalhava um enfermeiro, um técnico de enfermagem muitas vezes sem um tensiômetro e  
775 estetoscópio para atender os pacientes na emergência, e isso até nos dias de hoje acontecia, então, não  
776 seria justo comparar um hospital terceirizado com um hospital de gestão direta, como foi feita a  
777 comparação do Hospital Ana Nery com o Hospital Universitário Professor Edgar Santos, sendo que o  
778 Hospital Ana Nery não era um hospital federal e muito mais um hospital estadual com apoio da SESAB e  
779 com servidores concursados. “Na verdade, quando começou com o Instituto do Coração da Bahia  
780 (INCOBA) que era uma organização social que fazia a gestão e muitos servidores que não tinham o seu

781 vinculo funcional com o Estado, foram trocados, simplesmente mudou a gestão e quando o Secretário  
782 Solla entrou, mudou a organização social e muitos servidores foram dispensados, o que não é correto para  
783 você manter a qualidade hoje. Temos aí uma empresa, uma organização que está fazendo a gestão com o  
784 apoio do Estado e que pode mudar com a mudança de governo, então, temos que lutar sim e discutir a  
785 questão dessas organizações sociais, a forma de trabalho, e às vezes você comparar um hospital que está  
786 com apoio do Estado, então, compararemos a competência do Secretário de Saúde do Estado, o Sr. Jorge  
787 Solla com a incompetência ou falta de cuidado do Ministro Padilha, do Ministro Mercadante, então, é  
788 diferente comparar as instituições. Por uma questão de justiça, acho que merecíamos discutir mais essas  
789 formas de lidar exatamente com gestão.” A conselheira Déborah Dourado Lopes mencionou que não  
790 poderia ser redundante em dizer da sua alegria e satisfação de ter um parceiro que se identificava na luta  
791 permanente, e isso não significava que reconhecia os inúmeros desafios e as contradições que tinha  
792 evidenciado ali dentro do processo, mas do ponto de vista da transparência, da democracia, dizia isso  
793 porque via muitos não acompanhando a questão do Controle Social. “Hoje temos uma evolução  
794 indiscutível, agora se estamos em pontos contraditórios em relação à nossa posição em fortalecer o SUS,  
795 por exemplo, não acho o Padilha um incompetente, acho que Padilha tem um enorme desafio e uma  
796 coragem enorme de romper o corporativismo com as entidades médicas, mas isso são posições do ponto  
797 de vista de uma sociedade que tem direcionamento e interesses diferenciados. Penso que a Presidente  
798 Dilma e Padilha fizeram história ao implantar o Programa Mais Médicos no Brasil, onde as entidades  
799 médicas que Júlio aqui representa tem a posição bastante clara de serem contrários. A democracia se  
800 constrói assim e prevalece aquilo que melhora, e a população percebe como de qualidade o Programa  
801 Mais Médicos é aprovado por 80% da população, ao contrario dos médicos que vêm se submetendo ao  
802 exames dos Conselhos, onde o índice de reprovação é drástico, tudo tem que ser repensado e tudo tem  
803 que ser reavaliado. Gostaria de chamar a atenção para dois elementos fundamentais primeiro em relação à  
804 questão da UPA. Delfino, para não termos na verdade um contraditório em relação à forma como estamos  
805 acompanhando a discussão da UPA, gostaria de ressaltar na palavra de Ricardo que perto de mim a UPA  
806 teve um interesse enorme, porque todos viam ano eleitoral e inaugurou depois. Conta-se de dedos as  
807 UPAs que estão funcionando com eficiência. No primeiro momento o Ministério da Saúde pediu para que  
808 a Auditoria do Ministério da Saúde fizesse uma visita técnica para verificar se essas UPAs antes de  
809 inaugurarem teriam condições de inauguração. Visitamos os municípios de Santo Antônio de Jesus,  
810 Prado, Valença, dentre outras, e assinamos que várias delas estavam com cartão de visita e não tinham  
811 condições de serem inauguradas, e o Ministro recorreu em algumas delas. Recentemente estamos  
812 recebendo muitas denúncias, estava comentando isso com o representante do COSEMS, onde auditamos  
813 Prado, Macaúbas e Morro do Chapéu e estamos com duas denúncias recentes para auditar Lauro de  
814 Freitas e Senhor do Bonfim. Denúncias que estão vindo, inclusive do Ministério Público Federal, o  
815 Ministério vai sair junto com a Divisão de Convênios do Ministério no Estado, essa visita então também  
816 se entramos nesse meio precisamos ter cuidado Moisés, para não estarmos fazendo sobreposições de  
817 ações e no final acabar nos perdendo. Então é assim: o que foi auditado, esse relatório precisa ser  
818 encaminhado à área técnica do Ministério para serem tomadas providências dessas quatro que foram  
819 auditadas. Macaúbas está em boas condições na época e está funcionando; Prado não está funcionando,  
820 tem problemas de equipamentos, está virando um elefante branco e Morro do Chapéu os equipamentos  
821 não foram encontrados, foi a única que resultou na devolução de recursos, porque a Secretaria fala que  
822 está em outras unidades, mas não foi para isso, porque o equipamento foi para a UPA como é que pode  
823 estar em outra unidade? E Lauro de Freitas e Senhor do Bonfim ainda programaremos a auditoria.”  
824 Pontuou que todos os conselheiros de todos os segmentos precisavam ler bastante a Lei 141, que ainda  
825 estavam na fase de transição e confusão, colocando para a conselheira Isadora que sabia do seu  
826 compromisso na área jurídica, mas pensava que a mesma havia se confundido um pouco, porque hoje só  
827 precisava de um único Parecer, este precisava ser aprovado pelo CES e chamava Parecer em relação ao  
828 Relatório de Gestão. “Ele vai ser alimentado no SARGSUS que inclusive vai estar disponível para toda a  
829 população e o Brasil Transparência, foi aprovado o Parecer anual de Gestão que contempla as quatro  
830 Prestações de Contas trimestrais que são colocadas aqui para apreciação, o debate é importante, se o  
831 CES quiser fazer uma avaliação e tirar um parecerista tudo bem, ele está adiantando, mas esse parecer não  
832 precisa alimentar o SARGSUS e o que é o SARGSUS? É o Sistema de Apoio de Relatório de Gestão,  
833 então, precisamos ter bastante cuidado, porque estamos apenas apreciando o primeiro quadrimestre e  
834 abrimos o debate. Tenho dúvidas como várias pessoas fizeram intervenções técnicas importantes, porque  
835 começamos a perceber como você também em relação à questão do autismo começa a perceber em  
836 relação ao plano. Tem questões ali que não estão compatíveis, mas vem o segundo momento e virá o  
837 terceiro. Nesse terceiro momento então, construímos o Relatório de Gestão com um Parecer e uma  
838 avaliação muito, além disso, então, vamos perder a prática de pareceres por quê? Porque os pareceres  
839 estavam virando coisas muito encharcadas, muito densas, e no final quando você cruzava o planejamento  
840 com as metas e resultados não se conseguiam alcançar.” Colocou que o fundamental para todos os

841 conselheiros naquele momento seria o Plano Estadual de Saúde até 2015, a Agenda Anual e apreciação  
842 pela Prestação Quadrimestral e no final o Parecer único do Relatório de Gestão que iria alimentar o  
843 SARGSUS, que toda a população deveria ter acesso, que os órgãos de controle teriam acesso e estariam  
844 também no Portal Transparência, não havia apresentado porque, se havia recebido o recurso, tinha o plano  
845 e por que não havia sido apresentado. “Então, esse que é fundamental, então vamos na verdade entrar na  
846 nova ótica da Lei 141 e dos instrumentos que acompanham, uma portaria nova falando do planejamento,  
847 se não me engano, a portaria 2135, para na verdade sabermos o que temos que apreciar enquanto  
848 conselheiros, portanto, temos que nos atualizar nessa nova ótica.” A conselheira Isadora Oliveira Maia  
849 solicitou uma questão de ordem, mencionando que a conselheira Déborah não havia entendido a sua  
850 colocação. “Além dessa pinça de todos aqui, que acredito que enquanto conselheira já tenha lido bastante  
851 coisas, onde não me recorde ter feito esse tipo de colocação, não dessa contundência, dessa problemática  
852 instituída na realidade. É para desconstruir que estava procurando Delfino que não estava encontrando,  
853 chamava de relator e não foi nada além disso.” A conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que  
854 ficavam no vício do parecerista, do parecer, e solicitou abrir um debate do parecer da prestação, pois  
855 estavam apreciando um caminho que não havia finalizado na segunda prestação. “Estou dizendo que  
856 saímos da transição de um modelo que foi muito rico, e basicamente você acompanhou. Tem  
857 praticamente dois anos, mas quem está aqui há bastante tempo sabe como foi essa transição e como era  
858 difícil construir o parecer. Estou dizendo que temos que sair desse método de que todas as Prestações de  
859 Contas tem que ter parecer. De jeito nenhum, o que precisamos é apreciar se quisermos dar uma avaliação  
860 prévia tudo bem, mas esse parecer não fica na obrigação de aprovação ou não, porque terão etapas  
861 futuras, com exceção do terceiro.” O Senhor Secretário Geral colocou que entendeu que basicamente se  
862 tinha processos por etapas, mas o processo mais importante era quando fechavam com o Relatório de  
863 Gestão Anual para avaliar se o conjunto de todas as parcelas realmente estavam de acordo com o Plano  
864 Plurianual (PPA), com o Plano Estadual de Saúde, Programação Anual, aquilo tudo sim, realmente teria  
865 que considerar nas suas contribuições. O conselheiro Washington Luís Silva Couto comentou sobre o  
866 questionamento de Ricardo e Delfino referentes às UPAs, destacando que primeiro, no foco que era a  
867 questão dos municípios de Prado e Macaúbas, onde Prado tivera o prazer de ir para a inauguração, era  
868 uma belíssima unidade, e uma UPA Tipo 1 recebia 100 mil reais por mês e este valor estava sendo  
869 depositado pelo Ministério da Saúde. “A nossa equipe fez contato com o gestor e a prefeita colocou que  
870 todo esse dinheiro está sendo depositado em uma conta separada, aplicado e vai ser devolvido, porque o  
871 município coloca que não tem condições, e inclusive a nossa equipe já fez algumas vitórias e o que  
872 Déborah também colocou é legítimo, onde os conselheiros podem ir até Prado fazer todo o processo. Até  
873 nos ajuda, mas deixar registrado que a equipe da SAIS, a nossa Diretoria de Atenção Especializada e a  
874 Coordenação de Urgência e Emergência em parceria também com o Ministério da Saúde que já fez essas  
875 tentativas, para conseguirmos colocar para funcionar. Acho que o gestor reforçaria um comunicado oficial  
876 do CES solicitando esclarecimentos, pois penso que seria um bom encaminhamento para fazermos.” Com  
877 relação à UPA de Macaúbas colocou que haviam dois problemas: o primeiro era que a UPA ainda não  
878 estava habilitada, pois esteve há uns dez dias atrás junto com o Dr. Solla acompanhando o Ministério da  
879 Saúde, teve uma conversa e se não estivesse enganado, Stela ali confirmou e parecia que estava vindo  
880 uma visita técnica promovida pelo Ministério da Saúde promovida com a SESAB para que se pudesse  
881 fazer um pente fino em todas àquelas unidades. Saliu que a UPA de Macaúbas tinha outro  
882 probleminha, pois além da questão da habilitação ainda havia um problema na rede elétrica, onde os  
883 equipamentos que foram colocados quando iriam para teste dava pau, e o município já havia solicitado à  
884 Coelba e com o reforço da SESAB para quando da visita técnica já houvesse resolvido aquilo e  
885 viabilizasse a habilitação. “Então, Ricardo, Delfino, Déborah, Stela e todos que colocaram sobre essas  
886 questões das UPAs teremos essa visita técnica e o Conselho poderá solicitar esse relatório, o COSEMS  
887 também estará para que possamos ter tudo isso por escrito.” Sobre as questões dos kits colocados pela  
888 conselheira Camila, informou que parecia que estava tendo uma reunião com as organizações que  
889 compunham todo aquele conjunto dos organismos que faziam a defesa das pessoas vivendo com AIDS e  
890 outros também que se não estivesse enganado. Teve um probleminha entre a questão do Hospital  
891 Universitário Professor Edgar Santos (HUPES), Laboratório Central de Saúde Pública Profº Gonçalo  
892 Moniz (LACEN-BA) e o Centro Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa (CEDAP). Disse  
893 que o CEDAP fazia o processo de encaminhamento, o Kit de carga viral. O HUPES estava com defeito e  
894 havia sido uma falha do CEDAP de não fazer o encaminhamento correto que era no LACEN, então isso  
895 estava sendo acompanhado pela conselheira Camila para que se conseguisse resolver e solicitar o HUPES  
896 que o mais rápido possível pudesse ter consertado toda a questão da carga viral. A conselheira Camila dos  
897 Santos Pimentel colocou que a falha era realmente da quebra da máquina do CEDAP, mas também o  
898 desabastecimento de kits de coleta, o que não era de responsabilidade do Estado e sim do Ministério. O  
899 conselheiro Washington Luís Silva Couto respondeu que com relação ao Ministério, se confirmou que  
900 realmente tinham problemas com a questão dos kits, então perguntou à Senhora Alcina Marta se a mesma

901 teria alguma informação sobre a regularização do processo dos kits. A Senhora Alcina Marta de Souza  
902 Andrade respondeu que até aquele momento ainda não tinha uma posição final do Ministério, no entanto,  
903 toda aquela problemática estava sendo discutida com a Coordenação Estadual e em breve a reunião com o  
904 FÓRUM BAHIANO DE ONGS AIDS (FOBONG) e a Coordenação estava acontecendo desde o período  
905 da manhã, estava sendo pauta naquele dia e esperava que muito em breve o Ministério se posicionasse. O  
906 conselheiro Washington Luís Silva Couto informou para a conselheira Célia Alexandria que havia  
907 passado para o Senhor Chaider e, no entanto foi um presente para ele ter assumido na terça feira e ter  
908 recebido um telefonema do Ministro Padilha na quarta feira convidando-o para que representasse todos os  
909 secretários de estado do país, onde foi o único secretário de estado na visita, o que foi uma honra, sendo  
910 novato e já assumir tamanha tarefa de representar os 27 estados da federação. Tiveram também a  
911 oportunidade em Cuba de fazerem várias reuniões, dentre elas a reunião com o Ministro Morales,  
912 Ministro Padilha e o Ministro que iria entrar, Ademar Arthur Chioro dos Reis sobre a questão do  
913 Programa Mais Médicos, a vinda do terceiro ciclo de médicos, onde foi uma festa belíssima, com 2 mil  
914 médicos fazendo o processo que os cubanos chamavam de envio. O que era uma questão muito  
915 profissional por parte do Governo Cubano que desde os anos 60 já tinha aquela prática de fazerem aquela  
916 cooperação técnica com o governo cubano, e quando a primeira cooperação técnica aconteceu foi o  
917 terremoto do Chile em 1960 e de lá para cá inclusive, tinha uma foto do mapa que eles tinham na Unidade  
918 Cubana de Cooperação Médica (UCC) que tinha uma bandeirinha em Cuba e poderia dizer com toda a  
919 certeza que metade do globo terrestre tinha presença dos médicos cubanos em ritmo de cooperação.  
920 Colocou que havia participado de uma cerimônia belíssima, empolgante, emocionante, realmente uma  
921 coisa muito profissional, pois eles não brincavam com a questão da medicina, onde tiveram também a  
922 possibilidade de fazer uma reunião com a Escola Latino Americana de Medicina (ELAM), onde se  
923 encontravam 56 brasileiros, sendo 03 baianos e teve também a oportunidade de conversar com os  
924 mesmos. Fizeram também rodadas de conversas com o Governo Cubano sobre demandas na área da  
925 BAHIAFARMA, esteve presente o Secretário Gadelha que acompanhou juntamente com eles, mesmo não  
926 sendo o Secretário Jorge Solla que estava ali, sendo o novo secretário, teve uma recepção, não por ele, já  
927 que eles não conheciam Washington e sim a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Disse que por  
928 diversas vezes nas falas em público, já que não tiveram reuniões fechadas, mas naquela multidão de mais  
929 de 2 mil pessoas o Ministro Morales, o Augustin Lage Dávila que era o diretor de todo o Centro de  
930 Tecnologia citaram a Bahia como uma grande referência do Governo Cubano na parte de cooperação  
931 técnica, tanto na parte do Mais Médicos quanto na parte de biotecnologia na área da Assistência  
932 Farmacêutica. Então, ficavam felizes porque foi uma semente que haviam plantado há um ano e meio  
933 praticamente, com mais vigor, porque já estavam visitando Cuba há algum tempo, mas teve a  
934 oportunidade de há um ano e meio também ter ido e percebiam que os frutos eram muitos: diversos  
935 medicamentos, ações do Mais Médicos, a própria atuação da ELAM e outras coisas mais, então, se desse  
936 certo iria mandar apenas um vídeo e depois mandaria fotos para os conselheiros e tudo mais para que  
937 todos dessem conta. Respondeu ao conselheiro Júlio que a questão dos dados ainda, infelizmente, tanto  
938 estadual quanto municipal ainda sofriam de um mal que era a sub-notificações, sub-registros, tinham  
939 falhas quanto a registros e aquilo levasse à risca o que era a montagem dos relatórios da SESAB que  
940 tinham que ser pegos pelos bancos de dados, ver os mesmos alimentar as suas planilhas, ver os seus  
941 compromissos, as diretrizes, enfim, no formato novo. Salientou que não pegou o início, mas  
942 provavelmente o Sr. Jorge Solla já deveria ter falado e a conselheira Déborah Dourado tinha razão quando  
943 falou que tinham que rodar a chave, mudar aquele novo modelo de apresentação que foi colocado e que o  
944 Secretário Jorge Solla muito bem apresentou, já seria aquele formato que teriam que implementar e  
945 aquele formato precisava muito que as bases de dados retratasse a realidade e a realidade muitas vezes era  
946 diferente daquilo que estava na base de dados. A realidade era de muito trabalho e de muito compromisso,  
947 e claro que a discussão quanto a questão dos profissionais, dos médicos e sabia que seria como a  
948 conselheira Déborah havia colocado, um processo democrático e a gestão não iria ali pecar pela  
949 acomodação e ficar em uma zona de conforto dizendo que não tinha orçamento, profissionais e porque  
950 não dava para fazer. Acreditava então que a gestão que o Governador Jacques Wagner e o Secretário Jorge  
951 Solla, e que no momento tinha a responsabilidade de tocar, estariam sempre procurando alternativas,  
952 fosse via PPP mudando o formato da gestão e não sendo muitas vezes compreendido pelos sindicatos, até  
953 mesmo pelos partidos que faziam parte, utilizando de Organização Social (O.S), porque o Estado tinha lei  
954 de O. S. com todo o rigor, todo um acompanhamento e iriam utilizar daquele mecanismo, primeiro,  
955 porque chegaram ao limite da lei de responsabilidade, não tinham mais. Lembrou que fez uma das últimas  
956 reuniões do Secretário Jorge Solla, onde o acompanhou quando foram pedir para abrir processo seletivo  
957 para médicos e o que receberam como resposta foi: “o que nós temos de crescimento é zero vírgula  
958 alguma coisa”, então, tinham que colocar para dentro os concursados da Polícia Civil, os Militares e  
959 tinham problemas ainda com o pessoal do Meio Ambiente que não foram chamados, problemas na  
960 Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI) nisso e naquilo. “Então Solla, você vai ter que

961 aguardar fazer os estudos chegar ao mês de março, porque provavelmente nem para os 60 e poucos  
962 médicos não sabemos se teremos lastro orçamentário para que façamos o processo”. Ressaltou que era  
963 realmente difícil e ficava triste quando o SINDMED/BAHIA informava que realizou com o P.J. com  
964 outros tipos de vínculos que não era vínculos dos médicos, mas do serviço, mas se tivessem problemas, e  
965 inclusive já tinha realizado uma conversa com o Ministério Público Estadual e iriam ficar realmente  
966 travados. Acreditava que não podiam pecar, matar a galinha porque precisavam muito dos ovos, então, era  
967 necessário o cuidado, não só da parte da gestão, o SUS precisava do cuidado, tanto de todas as  
968 organizações, inclusive das que tinham assento ali no CES e eram responsáveis pelo sistema, assim  
969 também como aquelas com a luta clara como sempre travaram com os sindicatos, porque não entendiam  
970 sindicatos, representações de Conselhos como inimigos, e sim como parceiros que em muitas e muitas  
971 vezes estavam em lados opostos, mas em processo de argumentação que estava sempre crescente em fazer  
972 crescer o sistema. Então, quando se sentavam com o SISNDPREV, por exemplo, e faziam todo o processo  
973 de discussão do Hospital Manoel Victorino, era um processo onde precisavam saber o que era melhor  
974 para o servidor público daquela instituição, os federais que faziam parte do SINDPREV, assim como  
975 tinham que olhar também o que era melhor para a população. Não a gestão, pois não estavam fazendo ali  
976 o que era melhor para a gestão, estavam fazendo o que seria melhor para não causar a dessassistência e  
977 tudo mais. E acreditava que aquele ambiente onde todos estavam naquele momento iria propiciar muito  
978 um diálogo franco, aberto e muito honesto com relação às posições, e acreditava que o conselheiro Júlio  
979 iria fazer muito bem aquele papel ali com todos. Em resposta à fala da conselheira Déborah Dourado  
980 colocou que se o CES fosse seguir a Lei nº 141 que todos sabiam muito bem, acreditava que poderiam  
981 implementar já a partir daquele momento, já que a Lei nº 141 colocava que não teriam mais pareceres  
982 com relação aos quadrimestres e sim pareceres com relação ao Relatório Anual de Gestão (RAG). Então  
983 iria viabilizar e poderiam já colocar daquela forma para que tivessem o parecer aprovado com relação ao  
984 RAG, que inclusive era alimentado automaticamente. O primeiro passo que já havia sido combinado com  
985 o Coordenador da Coordenação de Projetos Especiais (COPE) o Senhor Chaider Andrade, é que se  
986 mudaria o formato para um formato que expressasse mais os resultados. Precisavam mostrar resultados  
987 para que se fizesse o comparativo dos indicadores e das metas que foram pactuadas para que pudessem ter  
988 uma forma de mensurar e colocar bastante às claras os números da gestão e fazê-lo da maneira que cada  
989 um ali achasse melhor os pareceres, as falas. Então, aquela era uma sugestão para que tivessem a  
990 capacidade de já se fazer um processo de mudança da questão dos relatórios com base na Lei nº 141. O  
991 Senhor Jorge José dos Santos Pereira Solla reiterou que precisavam aprofundar mais o debate sobre a  
992 questão da gestão, porque a gestão pública no Brasil, especialmente na área de saúde atualmente tinha  
993 dois caminhos que seria chegar e dizer: não tem mais caminho para contratar pessoal na Lei de  
994 Responsabilidade Fiscal, não vou buscar outra alternativa, cruzar os braços e se conformar em não  
995 ampliar a rede. Pelo contrário, reduzir serviços na medida em que vão aposentando servidores e o outro é  
996 o caminho da ousadia, da criatividade, da determinação de ir buscar outras formas e combinar formas  
997 diferentes para superar os limites. Salientou que o conselheiro Washington havia colocado muito bem  
998 que o Governo da Bahia não tinha que esconder o jogo, mas tinha que deixar bem transparente e o  
999 Governo da Bahia em 2014 tinha 0,6% de margem para crescer a folha de pessoal, somente a categoria  
1000 médica com plano de carreira em abril teria o impacto de mil e cem reais por servidor por mês e a última  
1001 etapa do enquadramento do novo plano que seria 4.100 médicos vezes mil e cem reais mês, somente do  
1002 final do enquadramento, fora o que tivesse de progressão, o reajuste da folha, a reposição inflacionária e  
1003 tinham todas as categorias que o conselheiro Washington falou, concursadas que estavam sendo  
1004 incorporadas. Então, não tinha mágica para fazer e quanto à questão da responsabilidade fiscal era uma  
1005 camisa de força enorme e quase todos os prefeitos estavam tendo as contas rejeitadas, e quando  
1006 analisavam se o prefeito roubou ou desviou recursos? Não havia gasto mais com o pessoal do que o limite  
1007 da lei. Inclusive conhecia prefeitos que fizeram gestões muito boas e tiveram as contas rejeitadas, porque  
1008 haviam gasto 0,4%, 0,5% a mais com gasto pessoal, então, eram taxados de fichas sujas e tudo mais. E  
1009 aqueles prefeitos que fecharam o serviço de saúde demitiram profissionais para não caírem no limite  
1010 estavam aí, não tinham problema nenhum, porque infelizmente a nossa legislação não impactava  
1011 irresponsabilidade sobre quem levou a dessassistência, aquele era um limitador muito forte. Então  
1012 precisavam aprofundar aquele debate da forma mais transparente possível, sair do dogmatismo e da  
1013 questão de quem defendia outras formas de gestão era privatista e quem era contra era publicista. A  
1014 empresa pública era a privatização, a fundação era privatização, até porque não encaixava porque era  
1015 público e fazia parte da estrutura, a exemplo da BAHIAFARMA que era pública, fazia parte do  
1016 organograma da SESAB, administração indireta, tanto quanto a Fundação HEMOBA era a  
1017 BAHIAFARMA e a única diferença seria que tinha o direito de usar as prerrogativas do direito privado  
1018 para fazer a gestão, uma coisa que a Fundação HEMOBA por ser pública, o direito público não tinha,  
1019 então, a BAHIAFARMA não era uma empresa privada, não era uma fundação. Aproveitou o momento  
1020 para reforçar a necessidade de se realizar o debate da forma mais parceira, transparente e construtiva, sair

1021 dos rótulos e fazer a discussão, vantagens, desvantagens, possibilidades, acúmulos, avanços, limitações  
1022 para que conseguissem apropriar-se o máximo possível dos potenciais que tinham e superar da melhor  
1023 forma possível os obstáculos. O Senhor Secretário Geral comunicou que teriam de encaminhar naquele  
1024 momento para o entendimento de como estavam no processo político, a partir dali com relação à  
1025 apresentação de pareceres, principalmente os trimestrais, e se realmente iriam ou não fazerem os  
1026 pareceres. O que dizia a Lei nº 141 que lia para todos os conselheiros presentes, no Artº. 41 seria que o  
1027 Conselhos de Saúde no âmbito de suas contribuições avaliariam a cada trimestre o relatório  
1028 consolidado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde, e o relatório do gestor da saúde  
1029 sob a repercussão da execução daquela Lei Complementar nas condições da saúde e na qualidade do  
1030 serviço de saúde das populações respectivas, e encaminharia ao chefe do poder executivo do respectivo  
1031 ente da federação as indicações para que fossem adotadas as medidas corretivas necessárias. Salientou  
1032 que aquilo os remetia a uma responsabilidade de que primeiro teriam que receber o relatório com bastante  
1033 antecedência, para chegar ali apresentando medidas corretivas, e que desculpassem, mas a gestão da  
1034 SESAB teria que se adequar à situação, porque era impossível se fazer aquilo em plena reunião do  
1035 Conselho e ali se dizia: sem que tivessem conhecimento prévio, porque já teria que chegar com  
1036 indicativos do que queriam ver corrigidos, e naquele momento poderiam optar pela condição que não  
1037 precisaria de parecerista, porque teriam logo de imediato e também para os próximos meses a  
1038 apresentação do RAG que deveria apresentar o consolidado. Então teria que ter um parecerista para  
1039 avaliar realmente a situação do ano inteiro, e para além daquele momento a decisão seria votarem por um  
1040 parecerista. Iriam seguir a Lei nº 141 ou ficariam somente com os indicativos de falas dos conselheiros e  
1041 se os indicativos de falas dos conselheiros que foi realizada presencialmente ali na reunião seria o que fez  
1042 a avaliação teriam então que a SESAB respondesse tecnicamente pelas áreas, tudo que constasse nas atas  
1043 do dia, o que era uma questão de que, para além da resposta do Secretário de Saúde, cada consideração  
1044 que o conselheiro houvesse feito no dia deveria ser emitida uma Nota Técnica específica respondendo,  
1045 porque seria aquilo que os daria amparo legal sobre a responsabilidade de que fizeram a indicação de  
1046 medidas corretivas e mereciam como CES uma resposta para cada pergunta que foi feita, o que era uma  
1047 necessidade do Conselho, então, precisavam decidir a questão ali naquele exato momento. O conselheiro  
1048 Washington Luís Silva Couto corroborou com o Secretário Geral informando que tinham prazos para  
1049 cumprir e a cada trimestre tinham as datas de encaminhamentos, aonde iriam se esforçar para cumpri-  
1050 las como cumpriram no ano passado. Colocou que cumpriram as datas, no entanto, não tiveram a  
1051 capacidade de cumprir as suas análises, então, estavam no mesmo barco, sem problemas, então iriam  
1052 cumprir as datas e se alguém quisesse se debulhar mais para fazer uma análise, mas podiam tentar  
1053 apresentar com antecedência e garantir também que antes ou depois o Conselho colocasse tudo aquilo que  
1054 eram as medidas corretivas ou sugestivas. Disse que iriam criar um rito para que fizessem a catequese do  
1055 mesmo e tivessem em 2014 bastante claro para que no final quando do RAG tivessem a capacidade de  
1056 analisar sugestões, se foram feitas ou não e tudo mais. Acreditava que fosse tomada a decisão para a  
1057 questão, e claro acompanhar a lei.” A conselheira Déborah Dourado Lopes destacou que precisavam  
1058 compreender o que a Lei nº 141 falava que era uma execução, recursos que eram passados, cada recurso  
1059 teria que ser aplicado na saúde em ações e serviços da saúde que a própria lei definia, mas que era uma  
1060 questão processual. Então, repassou como o ex Secretário e o Secretário atual também reforçou, que o  
1061 grande dilema atual era o orçamento e não se conseguiu alcançar, porque até o Ministério estava tendo  
1062 dificuldade de repasse, e se não fez isso no primeiro trimestre poderia fazer no segundo e no terceiro.  
1063 Existia algo processual e as coisas da saúde eram profundamente dinâmicas, então, não poderia bater o  
1064 martelo, aprovar, não aprovar e acabou, não era isso, o que se estava dizendo seria que aquelas medidas  
1065 corretivas, e o que como conselheira queria encaminhar, seria fundamental que se construísse um  
1066 comentário em relação ao que foi aprovado e que na verdade poderia a ata trazer depois pedindo  
1067 esclarecimento em relação ao que foi colocado em relevância, e se tivessem dificuldades sentasse com a  
1068 área técnica e visse quanto à questão de Atendimento à População de Caráter Excepcional, como  
1069 exemplo, o autismo, porque a meta estava tão baixa, porque o atendimento em relação ao Materno-  
1070 Infantil. Então seriam aqueles indicadores que teriam que passear enquanto conselheiro e entender que  
1071 toda uma programação estava feita em cima de uma necessidade. Foram pactuados metas e indicadores  
1072 quantificáveis e de qualidade também e iriam se debulhar para dizer: olha o senhor está bem aquém de  
1073 melhorar e precisa alcançar até o final. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou uma  
1074 questão destacando ser muito importante, que estava vindo a toda hora e enquanto não aprofundassem  
1075 aquela discussão estariam novamente chovendo no molhado, que era a questão do público e do privado,  
1076 porque não podiam ter aquilo tão redencionista. “Você defende isso, você é estadista, você é privatista aos  
1077 movimentos sociais, vocês são antiquados.” O que tinham que ver seria quais realmente eram os tipos de  
1078 políticas e que tipo de estado brasileiro queríamos e as políticas que estavam por trás. E uma coisa muito  
1079 importante que sempre colocavam era quais os interesses que estavam por trás das políticas que nem  
1080 sempre ficavam muito explícitos. Acreditava que aquela discussão toda, qualquer conselheiro e

1081 conselheira teriam que se debruçar com muita responsabilidade, e se tivessem que falar de corporações,  
1082 de onde viriam corporações sindicalistas e de movimentos, teriam então que chamar uma coisinha muito  
1083 importante que seria a corporação financeira que obrigava a presidente sair daqui para dar explicações da  
1084 Política de Estado, do que ela tinha aqui no nosso país, pois seria sobre aquilo que deveriam se debruçar e  
1085 se aprofundar. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva mencionou que quando se colocava a  
1086 questão em relação às entidades, que se colocavam contrárias à forma de gestão pública e privada, não se  
1087 tratava simplesmente e não era bem aquilo, e o SINDSAÚDE-BA tinha se colocado ali porque todas as  
1088 questões que haviam sido apresentadas, mudança de gestão, não passou pela discussão no Fórum do  
1089 Conselho. As coisas aconteceram e a entidade teve que tomar posições, por exemplo, como o Hospital  
1090 Clériston Andrade que o SINDSAÚDE-BA fechou a BR 324, e a partir daquele momento vieram a  
1091 desenvolver um processo de uma Universidade Estadual de Feira de Santana em transformar o Hospital  
1092 Clériston Andrade em hospital escola, o que estava em um processo de discussão, o que foi através de um  
1093 processo de intervenção porque ali não passou na discussão. Assim como não passou a discussão da  
1094 parceria público/privado do Hospital do Subúrbio, Hospital Manoel Victorino. Essa era a questão e  
1095 poderia mesmo não ficando se convencendo até o momento, mas poderia se convencer que aquele  
1096 processo poderia agilizar, porém, que se tivesse um processo de discussão, não como aquela fosse a única  
1097 saída, porque não estavam discutindo aquela questão ali. Por outro lado também, a questão da limitação  
1098 da Lei de Responsabilidade Fiscal faltava também vontade política do governo de colocar em uma  
1099 discussão no Congresso até porque o governo tinha maioria dentro do mesmo e poderia encaminhar uma  
1100 mensagem modificando a lei. Então, porque não encaminhava, já que uma das desculpas era o limite da  
1101 Lei de Responsabilidade Fiscal e não estavam ali defendendo o descumprimento da lei, no entanto, que a  
1102 mesma poderia ser modificada, até porque outras questões mais complicadas do que aquela o Congresso  
1103 aprovou, porque todos sabiam que o governo tinha maioria dos parlamentares dentro do Congresso.  
1104 Então, não podiam aceitar, ficar como se aquilo fosse uma verdade absoluta e existiam outros caminhos  
1105 como a Lei de Responsabilidade Fiscal, e se a questão era o limite e quisesse modificar o mesmo ela  
1106 poderia ser encaminhada e não transformar toda a lei, mas fazer uma emenda em relação àquela questão,  
1107 porém, não podiam ficar como ingênuos que não conheciam nada e ficarem naquele debate. Não era  
1108 aquela a questão, inclusive o SINDSAÚDE-BA no seu boletim colocava que houve avanços em relação  
1109 à questão do trabalhador e não estavam fazendo oposição àquele processo de privatização, o que iriam  
1110 continuar, a não ser que fossem convencidos através de um debate, já que nunca houve ali no Conselho  
1111 um debate em relação às unidades que foram entregues à parceria público/privado. A conselheira Isadora  
1112 Oliveira Maia comentou que referente à Lei Complementar nº 141, para além do entendimento de que  
1113 teria a apresentação do 4º Semestre, que não haveria a necessidade de ter parecerista, achava temerário, e  
1114 na sua visão particular, enquanto conselheira e pouco estudiosa, apesar de ter colocado de que havia feito  
1115 dois RAGs, 2011 e 2012 e ter ajudado nos quatro Relatórios de Gestão, claro que teria que haver opção  
1116 que já tinha sido dada, mas deixar opção para aquele conselheiro que quisesse fazer o parecer e  
1117 apresentar, não para aprovar, mas para apresentar e fazer as considerações importantes, porque era uma  
1118 forma de educação do conselheiro. Salientou que se aprendia demais com um relatório daquele, que era  
1119 por demasiado importante, então, sugeriu que tivesse aquela opção e provavelmente era difícil de fazer  
1120 parecerista, porém, que tivesse a opção de realmente quem tivesse a necessidade, porque era importante e  
1121 suprimia realmente uma fonte de educação permanente de conselheiro em ir buscar, conhecer as pessoas,  
1122 entender, ir até a COPE, falar com o Senhor Chaider como ia o orçamento, como se começava a entender  
1123 e outros entendimentos também. O Senhor Secretário Geral colocou que independente de quem quisesse  
1124 travar discussões sobre pontos políticos ali dentro, aquele Conselho iria ter uma certa responsabilidade  
1125 para o futuro que já vinha de quando as últimas portarias, decretos e leis foram instituídas. E o exemplo  
1126 mais claro era a Lei nº7508 que ao seu conhecimento, e estava todos os meses ali nas reuniões do CES, e  
1127 a Bahia até o momento não havia assinado Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP), o que todos  
1128 os meses o mesmo cobrava e continuaria cobrando, até que em um momento a Bahia apresentasse ali os  
1129 417 municípios assinados o contrato. Salientou ainda que poucas pessoas estavam lembrando, então, iria  
1130 partir para a discussão sobre as formas de gestão que desde o ano de 2013 a Mesa Diretora do CES vinha  
1131 fazendo um esforço enorme para que se realizasse o Seminário Sobre Formas de Gestão no SUS e discutir  
1132 o aspecto público/privado, terceirização e discutir tudo, porque ali era o fórum de debate, e instituídas as  
1133 modalidades que já estavam iriam se fazer o que ele mesmo aos 43 anos era apenas um mero espectador  
1134 da história, tanto do Brasil quanto do mundo e estavam vendo que correntes pelo mundo afora já  
1135 demonstrava que seriam vencidos muitas horas, porque em certos momentos não estavam tendo como  
1136 poder no Conselho de dizer: “faça-se as tomadas de decisão enquanto gestão, mas antes venha para a  
1137 discussão”. E aquilo certas horas eram pegos por notícias de jornais, mídias, quando deveriam  
1138 antecipadamente, realmente discutirem. Começaram com uma modalidade para que fosse a FESF e hoje  
1139 em dia a Bahia já virou outra coisa. Perguntou se seria no seminário que iriam discutir aquilo e se Deus  
1140 quisesse tinham a companheira Célia que havia promovido um dos primeiros seminários do CES de um

1141 dia inteiro, onde fariam a mesma coisa para que acontecesse. No entanto, queria também que todos os  
1142 senhores conselheiros ali percebessem que suas responsabilidades estavam aumentando e os seus poderes  
1143 do Controle Social não tinham aumentado, mas, diminuído. Todos os dispositivos que tinham sido  
1144 modificados no SUS nos últimos tempos aumentavam instâncias de deliberações de gestão e não  
1145 aumentou uma instância de Controle Social no SUS. E falava isso porque tinha lido tudo, o que estavam  
1146 dizendo ali e o que foi citado, e nenhuma aumentou o poder de dizer para a gestão que iriam fazer as  
1147 medidas corretivas. Medida corretiva era tão importante que era colocada de modo vago e não sabiam o  
1148 que iriam fazer como medida corretiva. “Chegamos ao fim da linha. O que iremos fazer realmente se não  
1149 assumirmos nossos papéis sociais de relevância pública enquanto conselheiros para saberem o que iriam  
1150 fazer antecipadamente? Claro, não iriam mais precisar fazer pareceres quadrimestrais, iriam chegar no  
1151 RAG e mais uma vez os conselheiros não teriam avaliado anteriormente e iriam seguir no rito normal que  
1152 seria: aprovamos, porque aquilo vinha acontecendo e pouquíssimos conselheiros tiveram a coragem, a  
1153 determinação de avaliar antes as coisas e dizerem que não aprovava certa coisa, por isso e por isso, para  
1154 que fossem tão técnicos quanto qualquer área técnica de saúde, porque tinham avaliações, eram de  
1155 pessoas como as áreas técnicas são compostas das mesmas, mas não estavam avaliando. Se os indicadores  
1156 estavam se cumprindo não estavam avaliando e se as condições de saúde estavam se revertendo, se o  
1157 Brasil pactuava em nível federal estava se cumprindo ali no estadual e no municipal, se o que o Brasil  
1158 pactuava lá internacionalmente estava se cumprindo não adiantava a guerra da AIDS e eles estavam ali  
1159 como resistentes, e já havia dito que um dos motivos de se afastar certas horas das instâncias de Controle  
1160 Social. Eram aquelas guerras que estavam sendo perdidas, porque estavam sendo omissos e não estavam  
1161 mais fazendo os seus papéis, porque nem eles entendiam mais onde estavam naquela história. E para além  
1162 daquilo teriam que em breve encerrar, precisavam tomar suas deliberações sobre o que foi apresentado  
1163 naquele dia. Lembrou mais uma vez que a proposta era que precisavam ter parecerista, tiravam naquele  
1164 momento e alguém poderia, por exemplo, reunir o conjunto de colaborações, e que os conselheiros  
1165 enviassem para aquela pessoa. Acreditava que seria muito melhor do que quando faziam antes de uma  
1166 maneira masoquista, jogar a responsabilidade em uma só pessoa e deixavam que a mesma se virasse por  
1167 conta de passar. Disse que todos deveriam apresentar o relatório se fosse o caso, em um mês no máximo,  
1168 porque tinham que partir para a avaliação do RAG imediatamente de 2013, pois neste ano o  
1169 contingenciamento de verbas da saúde havia sido grave na Bahia e era para além do que o Ministério não  
1170 havia mandado. Seria por medida de um decreto e se paralisou verbas públicas na Bahia, e precisavam  
1171 disso que seria uma decisão bem clara, A ou B, tirariam o relator e o mesmo iria reunir. Seria mais um  
1172 relator pró forma ou então iria seguir com as colaborações que foram feitas ali na reunião e a SESAB  
1173 deveria remeter respostas técnicas sobre o assunto. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho  
1174 solicitou um esclarecimento, considerando que se tratava do 2º Quadrimestre de 2013, se o que fosse  
1175 sugerido valeria para 2014. O Senhor Secretário Geral respondeu que toda medida corretiva era para o  
1176 futuro, independente, porque para o mesmo ano já não adiantaria mais e desde o 1º Quadrimestre já teriam  
1177 que tentar corrigir aquilo que o RAG informava. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho justificou  
1178 que havia pedido aquele esclarecimento para dizer o seguinte: para o RAG precisava avaliar o que havia  
1179 sido sugerido, estava prejudicado, para o RAG de 2013 teriam que ter avaliado o 1º Quadrimestre criando  
1180 medidas corretivas e avaliar o segundo que ficaria para 2014, que entendia que era para o futuro, toda  
1181 vida ficava se perguntando. O Senhor Secretário Geral mencionou para os conselheiros que se os mesmos  
1182 lembrassem teriam naquele mesmo dia já a apresentação do 1º Quadrimestre 2013 que já tinha sido  
1183 encaminhado da mesma maneira que acontecia antes, que era tirando o parecerista. Então, não estavam  
1184 tão prejudicados, porque primeiro teriam que se adaptar sim à Lei nº 141, mas tinham que buscar  
1185 alternativas de como fariam os seus pronunciamentos para a correção dos rumos. A partir daquele  
1186 momento seria somente o que deveriam fazer, não estava prejudicado por que ainda tinham o parecer do  
1187 que seria avaliado no CES do 1º Quadrimestre. Então, primeiro já tinha ido e teria um parecer que seria  
1188 apresentado naquele mesmo dia, o RAG 2011 e o Parecer do 1º Quadrimestre e logo em seguida o CES  
1189 teria que verificar com a SESAB o RAG de 2013 e a cada momento que ficavam naquele atraso como  
1190 havia sido comentado pelos conselheiros, apresentarem pareceres dos relatórios. Criou-se um círculo  
1191 vicioso que o Conselho apresentava tudo, avaliava o que tinham em pauta, cumpria ou estariam travando  
1192 e formando o efeito dominó, pois a cada momento tinham mais coisas para se fazer, e se notassem, há  
1193 duas reuniões não tiveram outras pautas que não e com as colaborações que tinham no Conselho, que na  
1194 medida da capacidade que tivessem crítica de avaliar rapidamente não iriam fazer medida corretiva  
1195 nenhuma. O conselheiro Jair Alves dos Santos parabenizou o Sr. Jorge Solla e o conselheiro Washington  
1196 Couto, destacando que o trabalho feito por ele foi muito bom e fez algumas observações com relação à  
1197 hanseníase: estava se vivendo aquela semana o dia da hanseníase e havia sido feita nenhum tipo de  
1198 propaganda, anúncio, e observou que precisavam fazer algo, pois não podiam esquecer a hanseníase,  
1199 porque vinha crescendo muito no estado. Disse que inclusive fizeram uma observação, atualmente com  
1200 relação ao município de Salvador e o índice estava em 23%. Perguntou o que estava sendo feito com

1201 relação à comunicação em termos de divulgação com relação à hanseníase, pois se esqueceu de fazer  
1202 alguma coisa e não deveriam deixar aquele dia em branco, pois o Dia Mundial da Hanseníase seria  
1203 naquele mês e não tinha uma propaganda, não estavam falando nada sobre o crescimento na Bahia e que  
1204 tinham municípios que o índice estava muito alto. Pontuou que o Hospital Eládio Lasserre era de um  
1205 grupo que formava uma composição do estado com relação à SESAB e estava deixando de atender alguns  
1206 casos de emergência por se relatar que seriam casos ambulatoriais, o que não poderia ocorrer desde  
1207 quando era uma unidade de urgência e emergência. Disse que não podiam deixar um paciente ir a óbito  
1208 por causa de um atendimento que não era realizado por se tratar de uma urgência ou emergência, e todos  
1209 que estavam na comunidade de Cajazeiras pediam a Doutor Washington Couto, pediam o máximo de  
1210 atenção que observasse àquela situação e que os conselheiros precisavam fiscalizar mais nos seus setores,  
1211 porque os mesmos eram conselheiros não só para ficar ali discutindo e sim saírem para buscar subsídios e  
1212 verificar se as unidades estavam trabalhando de acordo com as necessidades dos usuários e como usuários  
1213 do SUS tinham obrigação de cobrar. O Senhor Secretário Geral comentou sobre o horário da chegada na  
1214 reunião do Conselho para que pudessem se inscrever nos informes e fazer as suas considerações, e que  
1215 era importantíssimo, mas teriam que cumprir, não só a questão do Regimento, mas chegar na hora certa.  
1216 Disse que em 2013 tiveram até problemas de quorum, porque as pessoas não chegavam no horário certo e  
1217 dali em diante se conseguissem cumprir o Regimento só iriam inscrever as dez pessoas, as mesmas só  
1218 fariam informes no momento dos informes, no momento de debaterem pauta só debateriam pauta e não  
1219 estavam nem tendo pauta de discussão de saúde. Lembrou ainda para o conselheiro Jair que gostaria de  
1220 ver que para além de ter mídia falando de saúde com aspecto quase que eleitoreiro, ele também gostaria  
1221 que mídia de saúde fosse feita, vendo a relevância de todas as patologias e todas as necessidades de  
1222 saúde, em que se falasse do que a saúde da Bahia precisava. Então, não precisaria nem discutir, porque já  
1223 estava corroborando e depois discutiria a questão, e quando o conselheiro Jair viesse com a discussão já  
1224 trouxesse uma proposta de que o Conselho só aprovasse mídia em saúde, que realmente fizesse relevância  
1225 pública para melhorar os índices. O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça com relação aos pareceres  
1226 propôs, já que alguns conselheiros haviam sido escolhidos e iriam fazer a proposta naquela reunião,  
1227 primeiro que demandassem uma reunião extraordinária do CES, para que pudessem zerar toda aquela  
1228 Prestação de Contas porque estavam inviabilizando a Administração Pública, e tinham que ter consciência  
1229 disso. Segundo, que demandassem também um grupo de conselheiros, para que ajudasse e distribuíssem  
1230 as tarefas e não deixarem uma pessoa somente. O Senhor Secretário Geral colocou para votação a  
1231 proposta feita pelo conselheiro Ricardo. A Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que já existia uma  
1232 Comissão de Planejamento e Orçamento e bastava somente convocar a mesma. O conselheiro Ricardo  
1233 Luís Dias Mendonça destacou que iria deixar aquele assunto para o que ocorrer, porque a conselheira  
1234 Isadora havia deixado no início da sua fala nas comissões, só que tiveram ali reconduções e pessoas  
1235 foram substituídas, então, precisavam chamar aquelas pessoas, reformular e as pessoas que se colocassem  
1236 à disposição participassem, marcariam uma reunião e a Coordenação convocar. O Senhor Secretário Geral  
1237 perguntou se poderiam convocar através da Comissão de Acompanhamento, Finanças e Orçamento. A  
1238 Senhora Elisabete Lima de Moraes informou os nomes dos conselheiros que formavam a Comissão de  
1239 Acompanhamento, Finanças e Orçamento: Maria do Carmo Brito de Moraes, Sílvio Roberto dos Anjos e  
1240 Silva, Luiz Delfino e Cristina Camargo. O Senhor Secretário Geral perguntou aos quatro conselheiros se  
1241 poderia contar com os mesmos para que fizessem a avaliação, e todos os quatro conselheiros  
1242 concordaram. Propôs que votassem pela aprovação do 2º Quadrimestre de 2013 ou do que havia sido  
1243 prestado contas, até que no RAG pudessem realmente avaliar o conjunto do financiamento da saúde no  
1244 Estado da Bahia para todo o ano de 2013, até que o RAG mostrasse o que tinha sido corrigido, rumos da  
1245 saúde em 2013. A conselheira Déborah Dourado Lopes destacou que não precisaria nem de aprovação,  
1246 porque na verdade houve a apreciação e vários elementos foram citados, como estava na própria ata, e  
1247 foram solicitadas medidas corretivas devidas, mas a aprovação não poderia aparecer. A conselheira  
1248 Isadora Oliveira Maia informou que alguns conselheiros haviam feito um requerimento que tinha também  
1249 um detalhamento daquele provimento que foi dado, e o Senhor Secretário Geral não tinha observado o  
1250 ponto do conselheiro também, se aprovado no Pleno para aquela apresentação que fosse retirado quem  
1251 pudesse fazer o relatório, quem se interessasse, porque era uma forma de Educação Permanente e seria  
1252 não suprimir aquele entendimento. Claro que não teria votação, mas apenas que aquilo construísse,  
1253 porque fazia parte das atribuições dos conselheiros. A Lei nº 141 falava, mas se fossem verificar o verbo  
1254 que a mesma utilizava poderia se dar uma denominação diferente, porque estava em uma gestão  
1255 participativa, continuada, no entanto, não sabia se em 2015, 2016 e 2017. Ressaltou que como as coisas  
1256 seriam encaminhadas, então para que se deixasse o conselheiro a cada quadrimestre que se interessasse.  
1257 Seria difícil conseguir um conselheiro que quisesse ser um parecerista, porém, se ele se interessasse que  
1258 tivesse realmente a oportunidade. O Senhor Secretário Geral lembrou que continuava mantida a  
1259 necessidade de que a SESAB respondesse tecnicamente depois a todas as considerações que foram feitas  
1260 e pediu a todos enquanto Mesa Diretora, que lembrassem à mesma que o encaminhamento foi feito para

1261 que cobrassem que ao menos em um mês já tivessem em mãos, para que fosse passado para todos os  
1262 conselheiros que fizeram as suas considerações e que mereciam serem considerados naquele momento. A  
1263 Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que haviam três pendências: havia sido colocada a proposta  
1264 à conselheira Isadora da Reunião de Acompanhamento no dia 11 de fevereiro de 2014 às 09:00h e às  
1265 10:30h, a de Educação Permanente. A segunda questão ficou da gestão se reunir para indicar o seu novo  
1266 representante, e perguntou à gestão qual o dia que aconteceria a reunião porque teria que na ata sair. O  
1267 Senhor Secretário Geral salientou que seria necessário que a condução daquela decisão fosse tomada de  
1268 forma coletiva, convocada, porque sempre havia sido daquela forma e a Mesa Diretora não podia resolver  
1269 daquela forma inopinada. O conselheiro Ricardo Luís Dias Mendonça comunicou que teriam que  
1270 respeitar o prazo regimental. A Senhora Elisabete Lima de Moraes informou que o prazo era de até 60 dias  
1271 no máximo, e teriam que fazer a convocação. O Senhor Secretário Geral informou que assim que  
1272 houvesse uma data que fosse comunicada à Mesa Diretora para que desse conhecimento geral. Colocou  
1273 que a proposta de pauta para a próxima reunião era para o dia 25 de fevereiro de 2014, porque pela  
1274 agenda seria no dia 27 de fevereiro, o que seria a quinta feira de carnaval e teriam que deliberar através  
1275 daquela data se ficaria aprovada, porque precisava se pensar em uma data que constava no roteiro. A data  
1276 da reunião foi aprovada para o dia 25 de fevereiro de 2014 durante todo o dia. O conselheiro José Silvino  
1277 Gonçalves dos Santos salientou que estavam às portas de um grande evento em Salvador que seria o  
1278 carnaval e o Conselho precisava tomar conhecimento das Ações de Saúde que seriam desenvolvidas  
1279 naquele evento, e o CES não podia deixar passar sem avaliar, não somente as ações, mas também o custo,  
1280 porque no início da sua fala havia colocado que atualmente, como a indústria do tabaco havia sido banida  
1281 de incentivar o consumo precisavam então discutir se a indústria do álcool deveria permanecer  
1282 incentivando o consumo de álcool nas grandes atividades ou não. Então, precisavam tomar posse da  
1283 situação, porque viram que o relatório do Ministério da Saúde, a pesquisa realizada em 70 unidades de  
1284 saúde apontou que o uso do álcool contribuía em 50% das ocorrências de violência e não tomaram  
1285 nenhum encaminhamento. “As gestões estão pactuando com a idéia de que o consumo de álcool deve ser  
1286 aumentado mesmo e iremos sair desse encontro sem nenhuma discussão? O Senhor Secretário Geral  
1287 respondeu que a única coisa que poderia encaminhar modificando aquela fala seria tentar colocar para a  
1288 pauta do dia 25 de fevereiro, para que fossem apresentadas pela SESAB as ações que seriam coordenadas  
1289 durante o carnaval, pois nem as ações de DST/AIDS ele tinha conhecimento naquele exato momento, fora  
1290 que já havia dito que ninguém até aquele momento colocasse crivos sobre a indústria de entretenimento  
1291 do Brasil que não só estimulava o uso do álcool como fazia as mulheres brasileiras virarem objetos de  
1292 violência sem necessidade. E como CES posteriormente tratariam sobre o assunto, porém para o carnaval  
1293 pretendiam colocar como pauta para o dia 25 de fevereiro se apresentasse alguma coisa seria o que dava  
1294 para se fazer no momento. Com relação a um comentário do conselheiro Ricardo para ações de carnaval,  
1295 destacou que se poderia ter como chamada, tanto a SESAB quanto a Secretaria Municipal de Saúde de  
1296 Salvador para que apresentassem suas ações sem que prejudicassem todas as suas outras pautas que eram  
1297 de responsabilidade. Foi aprovado por todos os conselheiros. Solicitou apoio dos conselheiros Marcos  
1298 Antônio Almeida Sampaio e José Silvino ao CES no Conselho Municipal de Saúde e que fossem cobrada  
1299 as ações de carnaval 2014. O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos informou que no dia 14 de  
1300 fevereiro seria a Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Salvador. O conselheiro Sílvio Roberto dos  
1301 Anjos e Silva perguntou ao Senhor Secretário Geral sobre a Apresentação da Conferência Estadual de  
1302 Saúde. O Senhor Secretário Geral respondeu que na realidade tinha um ponto de pauta sobre os informes  
1303 da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, então, perguntou a Doutora Alcina Marta se a  
1304 mesma teria condições e posteriormente a mesma poderia enviar para os conselheiros por e-mail. A  
1305 Senhora Elisabete Lima de Moraes comunicou que já havia enviado por e-mail para todos os conselheiros  
1306 o que a Doutora Alcina Marta iria falar. A Sra. Alcina Marta de Souza Andrade comentou que a  
1307 informação já havia sido enviada pelo Conselho, situando apenas os movimentos que tinham acontecido  
1308 para que se conseguisse fazer a Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador. Disse que já tiveram a  
1309 reunião com o Conselho, tinha sido publicado no Diário Oficial do Estado nos dias 25 e 26 de janeiro de  
1310 2014 a convocação da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, e naquela Resolução que era do  
1311 CES já estava definida a composição da Comissão Organizadora e quais seriam as comissões que  
1312 deveriam ser constituídas, mas somente a composição da Comissão Organizadora, pois as demais seriam  
1313 discutidas a partir do momento que comessem a discussão do Regimento da Conferência. Informou que  
1314 houve a primeira Reunião da Comissão Organizadora, acontecendo no dia 28 de janeiro no Auditório do  
1315 Centro Estadual de Referência à Saúde do Trabalhador (CESAT), que em função do curto período entre a  
1316 publicação, que foi uma opção que fizeram de somente convocar a comissão depois da publicação em  
1317 Diário Oficial, a frequência foi muito pequena, e por conta disso já estava marcada para o dia 05 de  
1318 fevereiro de 2014 durante todo o dia, das 09 às 17 horas no Auditório do CESAT no Canela a reunião com  
1319 todos os membros da Comissão Organizadora quando os trabalhos se iniciariam. Tinham vários  
1320 encaminhamentos já feitos, inclusive da confirmação das pessoas que estavam compondo a Comissão

1321 Interssetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) atualmente e iriam pedir que formalmente as instituições  
 1322 confirmassem os seus representantes e que fossem indicadas as representações sindicais, porque não  
 1323 tinham ainda a confirmação para todos ainda, para que a comissão efetivamente começasse os seus  
 1324 trabalhos. Fizeram tudo baseado na ata da última Reunião do Conselho no dia 19 de janeiro de 2014,  
 1325 quando foi apresentada a proposta e precisavam que trabalhassem juntos para a comissão, pudesse atuar e  
 1326 para isso precisava da participação de todos. Informou que estavam com a vacina para HPV no calendário  
 1327 básico, a vacinação se iniciaria no dia 10 de março de 2014 e no período de 10 de março e 10 de abril de  
 1328 2014 em todas as 1.400 salas de vacina da Bahia e já estavam com as vacinas disponíveis. Disse que a  
 1329 estratégia inicial seria que se fizesse uma vacinação nas escolas e na rede a partir de meados do mês de  
 1330 abril com estratégia casada escola e unidade, e a partir dos dias 11 ou 12 de abril a vacina ficaria  
 1331 disponível na rede, somente nas unidades de vacina e não estariam mais nas escolas, e as meninas de 11 a  
 1332 13 anos estavam incluídas na vacinação para 2014, a população indígena teria uma vacinação  
 1333 diferenciada dos 9 aos 13 anos e a população em geral ano de 2014, dos 11 aos 13 anos. Informou  
 1334 também que no ano de 2015 seriam incluídas as meninas de 10 e 11 anos e em 2016 as meninas de 09  
 1335 anos também, então, iriam ampliando escola pública e privada. A Senhora Elisabete Lima de Moraes  
 1336 informou os nomes dos conselheiros que integravam a Comissão Organizadora. Usuários: Moysés  
 1337 Longuinho, Fernando, Francisco, Ricardo Mendonça, Maria Helena Machado Santa 130 médicos, e até o  
 1338 dia 20 de fevereiro chegariam os 2.000 novos médicos. Cecília, Sílvio Roberto, Edson Moraes, Eliana  
 1339 Simões, Célia Alexandria, Waldir Cerqueira, Stela e Olívia pela universidade. O Senhor Secretário Geral  
 1340 lembrou para todos os conselheiros que para a próxima reunião do dia 25 de fevereiro de 2014 estivessem  
 1341 todos ali prestigiando e ajudando a compor o quorum e chamassem outros companheiros conselheiros  
 1342 para que além da convocação chamassem à responsabilidade os conselheiros da Bahia. O conselheiro  
 1343 Washington Luis Silva Couto expôs o filme da sua viagem à Cuba onde constavam imagens de um  
 1344 evento com 2.000 médicos que estavam chegando ao Brasil, que já tinham começado a desembarcar em  
 1345 Fortaleza no dia 29 de janeiro de 2014.

1346

1347

## 1348 SOLICITAÇÕES E DELIBERAÇÕES

1349

1350

1351 O conselheiro Luís Delfino Mota Lopes solicitou que o Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FESBA)  
 1352 fosse ao CES se colocar com relação ao pagamento dos prestadores, falar o que estava acontecendo,  
 1353 porque em todo o interior da Bahia, onde a gestão era estadual, os funcionários das entidades privadas e  
 1354 até filantrópicas que possuíam vínculos diretos com o Estado não recebiam o seu salário no 5º dia útil do  
 1355 mês e vinha jogando pedra no SUS, o qual estava ali para defender.

1356

1357 O Senhor Secretário Geral colocou em apreciação a moção de agradecimento, reconhecimento pela  
 1358 gestão feita pelo Dr. Solla e pelo apreço e respeito pela indicação do Dr. Washington Couto, onde foi  
 1359 aprovada por todos os conselheiros.

1360 O Senhor Presidente colocou em votação a aprovação do Parecer do Relatório Anual de Gestão 2012 que  
 1361 foi aprovado.

1362 O Senhor Secretário Geral agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a  
 1363 próxima reunião para o dia 25 de fevereiro de 2014, quinta-feira, às 09 horas. Não havendo mais o que  
 1364 tratar, eu Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata, que será  
 1365 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.  
 1366 Salvador, 30 de janeiro de 2014.

1367 Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do CES \_\_\_\_\_

1368 André Fernando Wermann \_\_\_\_\_

1369 Augusto Di Tullio Santos Reis \_\_\_\_\_

1370 Camila dos Santos Pimentel \_\_\_\_\_

1371 Célia Maria Alexandria de Oliveira \_\_\_\_\_

1372 Déborah Dourado Lopes \_\_\_\_\_

1373 Doraídes Alves Nunes Almeida \_\_\_\_\_

1374 Edson Moraes de Oliveira \_\_\_\_\_

- 1375 Ferdinando Caprini \_\_\_\_\_
- 1376 Isadora Oliveira Maia \_\_\_\_\_
- 1377 Jair Alves dos Santos \_\_\_\_\_
- 1378 Jorge Geraldo de Jesus Rosário \_\_\_\_\_
- 1379 José Silvino Gonçalves dos Santos \_\_\_\_\_
- 1380 Josivaldo de Jesus Gonçalves \_\_\_\_\_
- 1381 Julieta Maria Cardoso Palmeira \_\_\_\_\_
- 1382 Júlio César Vieira Braga \_\_\_\_\_
- 1383 Leonídia Laranjeiras Fernandes \_\_\_\_\_
- 1384 Lílian Fátima Barbosa Marinho \_\_\_\_\_
- 1385 Luis Delfino Mota Lopes \_\_\_\_\_
- 1386 Marcos Antônio Almeida Sampaio \_\_\_\_\_
- 1387 Maria do Carmo Brito de Morais \_\_\_\_\_
- 1388 Maria Eunice Kalil \_\_\_\_\_
- 1389 Maria Helena Machado Santa Cecília \_\_\_\_\_
- 1390 Maria Helena Ramos Belos \_\_\_\_\_
- 1391 Maria Luíza Costa Câmara \_\_\_\_\_
- 1392 Moisés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral) \_\_\_\_\_
- 1393 Ricardo Luiz Dias Mendonça \_\_\_\_\_
- 1394 Rômulo José Valença Corrêa \_\_\_\_\_
- 1395 Silvanete Brandão Figueiredo \_\_\_\_\_
- 1396 Sílvio Roberto dos Anjos e Silva \_\_\_\_\_
- 1397 Stela dos Santos Souza \_\_\_\_\_
- 1398 Waldir Cerqueira dos Santos \_\_\_\_\_
- 1399 Walney Magno de Souza \_\_\_\_\_
- 1400 Washington Luis Silva Couto \_\_\_\_\_